



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA PROFISSIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPPGE)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

MARIA SIMONE BOTTEGA

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS: UM
ESTUDO SOBRE O ALCANCE DO EIXO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS NO
CÂMPUS AVANÇADO FORMOSO DO ARAGUAIA**

PALMAS, TO
2024

MARIA SIMONE BOTTEGA

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS: UM
ESTUDO SOBRE O ALCANCE DO EIXO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS NO
CAMPUS AVANÇADO FORMOSO DO ARAGUAIA**

Relatório Técnico do Trabalho Final de Conclusão apresentado ao Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Tocantins (UFT) como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Área de concentração: Ensino-Aprendizagem.

Linha de Pesquisa: Currículos Específicos de Etapas e Modalidades de Educação.

Produto Final: Boletim Informativo.

Orientadora: Profa. Dra. Juciley Silva Evangelista Freire.

Palmas, TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- B751a Bottega, Maria Simone.
 Assistência estudantil do Instituto Federal do Tocantins: um estudo sobre o alcance do eixo de serviços essenciais no Campus Avançado Formoso do Araguaia. / Maria Simone Bottega. – Palmas, TO, 2024.
 99 f.
- Relatório Técnico (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em Educação, 2024.
 Orientador: Juciley Silva Evangelista Freire
1. Política de Assistência Estudantil. 2. Educação Profissional e Tecnológica. 3. Ensino Técnico. 4. Pandemia Covid-19. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARIA SIMONE BOTTEGA

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS: UM
ESTUDO SOBRE O ALCANCE DO EIXO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS NO
CAMPUS AVANÇADO FORMOSO DO ARAGUAIA

Relatório Técnico do Trabalho Final de Conclusão
apresentado ao Mestrado Profissional em
Educação do Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Educação da
Universidade Federal do Tocantins (UFT) como
requisito parcial para obtenção do título de Mestra
em Educação.

Data de Aprovação: 10/07/2024.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Juciley Silva Evangelista Freire - Orientadora e Presidente da Banca
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFT/PPPGE)



Documento assinado eletronicamente por **Juciley Silva Evangelista Freire, Servidor(a)**, em
10/07/2024, às 18:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto
nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Profa. Dra. Ana Carolina Pontes Costa - Examinadora Externa
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA CAROLINA PONTES COSTA
Data: 13/08/2024 10:08:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Khellen Cristina Pires Correia Soares - Examinadora Externa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO/PPGEPT)

Documento assinado digitalmente
gov.br KHELLEN CRISTINA PIRES C. CORREIA SOARES
Data: 20/08/2024 13:55:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Eduardo José Cezari - Examinador Interno
Universidade Federal do Tocantins (UFT/PPPGE)

Documento assinado digitalmente
gov.br EDUARDO JOSE CEZARI
Data: 22/08/2024 12:58:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Este trabalho é dedicado àqueles que estão comprometidos com a implementação da Assistência Estudantil em cada Instituição Federal de Ensino brasileira.

Somente o homem pode distanciar-se do
objeto para admirá-lo (Paulo Freire).

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me dá, a cada dia, o fôlego da vida e a força espiritual para o alcance das metas propostas. A Ele, toda a honra, toda a glória e todo o louvor.

A minha Mãe, Dona Nilva, pessoa maravilhosa, pelo amor incondicional e apoio incansável. Agradeço pelo carinho, pelos pensamentos positivos e, principalmente, pelas orações. A senhora é, com certeza, a pessoa que mais acredita nos meus sonhos, que torce e que me motiva a ir além. Obrigada por me ajudar a viver.

Aos meus filhos, Vítor Gustavo e Eduardo César, por serem minha alegria e orgulho.

Ao meu marido, Wesllen, por todo amor e respeito às minhas escolhas.

Ao meu amigo e colega de labor, Francisco Welton Silva Rios, uma “criatura” adorável. Obrigada pelo seu encorajamento e apoio.

Aos Professores das disciplinas cursadas durante esse período formativo, pela paciência e pela partilha de conhecimentos e ensinamentos para a vida, professores Dr. Adriano Castorino, Dr. Carlos da Silveira Freire, Dr. Damião Rocha, Dra. Dilsilene Santana, Dr. Gustavo Cunha de Araújo, Dra. Ilma Passos Veiga, Dra. Ivanilde Apoluceno de Oliveira, Dra. Kátia Cristina e Dr. Pietro Lopes.

À Dra. Juciley Silva Evangelista Freire, pela sua orientação cuidadosa, criteriosa e competente no processo de construção e conclusão deste estudo. Obrigada por partilhar comigo seus conhecimentos.

Aos membros da Banca Examinadora, Dra. Khellen Cristina Pires C. Soares, Dra. Ana Carolina Pontes Costa e Dr. Eduardo José Cezari que tão gentilmente aceitaram participar e contribuir para o amadurecimento desta pesquisa.

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), pelo acesso ao conhecimento, por toda a atenção e seriedade.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), por fomentar a formação dos seus servidores.

RESUMO

Este estudo problematiza qual o alcance da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), no eixo de serviços essenciais, com foco no *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, tendo como objetivo geral apreender o alcance da Política de Assistência Estudantil (POLAE) do IFTO durante o desafiador período pandêmico, entre 2020 e 2022. Busca, assim, contribuir com o aprimoramento contínuo das políticas e práticas educacionais, a prestação de contas aos órgãos de controle e a transparência nas ações e resultados da Política de Assistência Estudantil, tornando-os acessíveis e compreensíveis para os gestores, estudantes e demais interessados. A pesquisa adotou uma abordagem metodológica de cunho quali-quantitativo, de natureza aplicada, estatística, com fins descritiva-analítica baseada em estudos bibliográficos e documentais, onde a amostra consistiu no universo de trezentos e quarenta e quatro estudantes. Para a análise, adotou-se uma abordagem de pesquisa censitária complementada por amostragem estratificada. Na coleta de dados, foram utilizadas variáveis qualitativas e quantitativas, seguindo as diretrizes estabelecidas na obra “Análise de conteúdo” de Bardin para organização e análise. Este processo envolveu a codificação, a decomposição e a categorização das informações. Adicionalmente, o estudo foi fundamentado no método histórico-dialético, proporcionando uma análise contextualizada do fenômeno estudado, considerando seus aspectos históricos e sua relação dialética com o contexto atual. Esse método ajudou a desvendar condicionantes e nexos constitutivos do fenômeno, levando a uma compreensão mais rica e detalhada, essencial para a proposição de ações transformadoras na realidade social. Os resultados revelaram uma oscilação no financiamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil pelo governo federal e uma tendência preocupante de declínio nas matrículas nos cursos técnicos no âmbito do Instituto. Quanto ao *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, foi observado um aumento na proporção de estudantes elegíveis para assistência estudantil. Constatou-se ainda que os ajustes na Política de Assistência Estudantil do IFTO resultaram em uma redução na cobertura de estudantes elegíveis, o que gerou um aumento na demanda potencial reprimida. Por outro lado, as taxas de aprovação melhoraram e as taxas de reprovação e desistência dos estudantes beneficiários diminuíram após a transição do ensino remoto para o presencial. Como contribuição prática, elaborou-se uma edição especial do boletim informativo da Assistência Estudantil do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, do IFTO, para os anos de 2020, 2021 e 2022, além de uma proposta de boletim informativo anual para os anos subsequentes. Estes produtos educacionais, apresentados em formato de infográfico, visam promover transparência e disseminar informações sobre as iniciativas da Assistência Estudantil.

Palavras-chave: Política de Assistência Estudantil. Educação Profissional e Tecnológica. Ensino Técnico. Pandemia Covid-19.

ABSTRACT

This study addresses the scope of the Student Assistance Policy at the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Tocantins (IFTO), focusing on essential services at the Advanced Campus of Formoso do Araguaia. The primary objective is to understand the reach of IFTO's Student Assistance Policy (POLAE) during the challenging pandemic period between 2020 and 2022. The study aims to contribute to the continuous improvement of educational policies and practices, provide accountability to regulatory bodies, and ensure transparency in the actions and results of the Student Assistance Policy, making them accessible and understandable for managers, students, and other stakeholders. The research adopted a qualitative-quantitative methodological approach of an applied, statistical nature, with descriptive-analytical purposes, based on bibliographic and documentary studies. The sample consisted of the universe of 344 students. For analysis, a census research approach was complemented by stratified sampling. Data collection utilized qualitative and quantitative variables following guidelines from Bardin's "Content Analysis" for organization and analysis. This process involved coding, decomposition, and categorization of information. Additionally, the study was grounded in the historical-dialectical method, providing a contextualized analysis of the phenomenon under study, considering its historical aspects and its dialectical relationship with the current context. This method helped to reveal the underlying conditions and constitutive connections of the phenomenon, leading to a richer and more detailed understanding essential for proposing transformative actions in the social reality. The results revealed fluctuations in funding for the National Student Assistance Program by the federal government and a worrying trend of declining enrollments in technical courses within the Institute. At the Advanced Campus of Formoso do Araguaia, an increase in the proportion of students eligible for student assistance was observed. Adjustments to the Student Assistance Policy at IFTO resulted in reduced coverage for eligible students, leading to an increase in unmet potential demand. However, approval rates improved, and failure and dropout rates among beneficiary students decreased after the transition from remote to in-person learning. As a practical contribution, a special edition of the Student Assistance Bulletin for the Advanced Campus of Formoso do Araguaia for the years 2020, 2021, and 2022 was prepared, along with a proposal for an annual bulletin for subsequent years. These educational products, presented in infographic format, aim to promote transparency and disseminate information about the initiatives of the Student Assistance Program.

Keywords: Student Assistance Policy. Professional and Technological Education. Technical education. Covid-19 Pandemic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Distribuição geográfica dos <i>campi</i> do IFTO.....	27
Quadro 1 – Revisão bibliográfica sobre o desempenho escolar dos estudantes beneficiários da AE.....	31
Quadro 2 – Normativas da Política de Assistência Estudantil no IFTO.....	45
Quadro 3 – Indicadores de monitoramento.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Recursos do PNAES.....	55
Tabela 2 – Público-alvo da assistência estudantil matriculado em cursos técnicos no âmbito do IFTO.....	57
Tabela 3 – Alcance da Política de Assistência Estudantil no <i>Campus</i> Avançado Formoso do Araguaia.....	60
Tabela 4 – Quantitativo de auxílios concedidos por tipologia.....	63
Tabela 5 – Ocorrências por tipologia de auxílio - Edital 2020.....	64
Tabela 6 – Ocorrências por tipologia de auxílio - Edital 2021.....	65
Tabela 7 – Ocorrências por tipologia de auxílio - Edital 2022.....	66
Tabela 8 – Classificação econômica dos beneficiários.....	67
Tabela 9 – Sexo biológico dos beneficiários.....	68
Tabela 10 – Cor da pele/raça dos beneficiários.....	69
Tabela 11 – Procedência escolar dos beneficiários.....	71
Tabela 12 – Composição familiar dos beneficiários.....	71
Tabela 13 – Desempenho escolar dos beneficiários por tipo de oferta Concomitante, Integrado e Subsequente - 2020.....	73
Tabela 14 – Desempenho escolar dos beneficiários por tipo de oferta Concomitante, Integrado e Subsequente - 2021.....	73
Tabela 15 – Desempenho escolar dos beneficiários por tipo de oferta Concomitante, Integrado e Subsequente - 2022.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAFA	<i>Campus</i> Avançado Formoso do Araguaia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF/88	Constituição Federal de 1988
CONSUP	Conselho Superior
Covid-19	Coronavírus
DAE	Diretoria de Assistência Estudantil
EaD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIC	Formação Inicial e Continuada
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAE	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
POLAE	Política de Assistência Estudantil
PPPGE	Programa de Pós-graduação Profissional em Educação
PROAE	Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
RFP	Renda Familiar per Capita

SAE	Setor de Assistência Estudantil
SciELO	Biblioteca Eletrônica Científica Online
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UGAE	Unidades de Gestão da Assistência Estudantil
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICEF	United Nations International Children's Emergency Fund
UnirG	Universidade de Gurupi

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Memorial de formação.....	18
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
2.1	Tipo de pesquisa.....	23
2.2	Delimitação temporal.....	24
2.3	Delimitação espacial.....	25
2.4	Participantes da pesquisa.....	30
2.5	Técnicas e instrumentos de coletas de dados.....	30
2.6	Forma de análises dos dados.....	33
2.7	Aspectos éticos e legais.....	34
2.8	Detalhamento do plano de trabalho metodológico.....	34
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	37
3.1	Da elite à inclusão: o processo histórico de construção da assistência estudantil no Brasil.....	37
3.2	A assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação do Tocantins.....	44
3.2.1	O monitoramento da Política de Assistência Estudantil.....	48
4	PRODUTO EDUCACIONAL.....	52
4.1	Boletim informativo.....	53
5	SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS PRODUZIDOS.....	55
5.1	Dados referentes aos estudantes beneficiários da Política de Assistência Estudantil do IFTO, eixo de serviços essenciais, no <i>Campus</i> Avançado Formoso do Araguaia, no período de 2020 a 2022.....	55
5.1.1	Dados gerais.....	55
5.1.2	Dados do perfil.....	67
5.1.3	Dados do desempenho escolar.....	72
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
	REFERÊNCIAS.....	81
	APÊNDICES.....	88
	ANEXOS.....	97

1 INTRODUÇÃO

Em um país caracterizado pela elevada disparidade social e econômica, compreendemos que a educação emerge como um poderoso instrumento no enfrentamento da desigualdade e da pobreza. Esta visão é corroborada por Garrafa e Setubal (2008), ao afirmarem que a educação, aliada ao trabalho, representa inquestionavelmente uma das soluções mais eficazes para atenuar ou resolver a problemática da pobreza que assola o país.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) assegura a garantia da educação como um direito social e determina que seja responsabilidade conjunta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios garantir esse acesso (Brasil, 2023). Contudo, apesar dessa garantia legal, a persistência de desigualdades sociais e condições de pobreza impõem desafios significativos à concretização desse direito, afetando principalmente as classes populares. As barreiras enfrentadas por estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica são multifacetadas, incluindo, mas não se limitando, a dificuldades financeiras, lacunas em recursos educacionais e influências socioculturais adversas. Essas desigualdades acarretam numa taxa mais elevada de evasão escolar e menores níveis de conquista educacional entre os mais pobres, perpetuando assim o ciclo de desigualdades sociais.

Sob o ponto de vista de Secchi (2014, p. 2), “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Nessa perspectiva, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela Portaria Normativa n.º 39, de 12 de dezembro de 2007 e regulamentado pelo Decreto n.º 7.234, de 20 de julho de 2010, no âmbito do Ministério da Educação (MEC), desempenha um papel crucial para a democratização do acesso, a promoção da ampliação da permanência e o sucesso acadêmico de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no cenário da educação pública federal (Brasil, 2007, 2010).

No IFTO a implementação desse programa em suas unidades/campi segue os critérios delineados no Regulamento do Programa de Assistência Estudantil, aprovado em 30 de junho de 2011, por meio da Resolução n.º 04/2011/CONSUP/IFTO, alterado em 8 de agosto de 2014 através da Resolução n.º 22/2014/CONSUP/IFTO e, mais recentemente, pela Reformulação da Política de Assistência Estudantil (POLAE), ratificada pela Resolução n.º 24/2020/CONSUP/IFTO, em 13 de agosto de 2020 (IFTO, 2011, 2014, 2020).

Segundo a Resolução n.º 24/2020, a POLAE visa assegurar a igualdade de oportunidades, atuando de maneira preventiva em situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência financeira, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes beneficiários. Os princípios fundamentais que a norteiam incluem visão sistêmica, enfoque humanista, permanente avaliação do impacto dos serviços e da aplicação do recurso público nas diferentes ações implementadas, análise contínua das dimensões que vulnerabilizam as condições de acesso, permanência, êxito e bem-estar dos discentes, além de apoio à permanência em sua totalidade considerando a interdependência entre as dimensões pedagógica, social, sanitária, cultural e ambiental como processos de formação com transformação de realidades (IFTO, 2020).

A POLAE inclui ainda o reconhecimento e respeito a pluralidade, a complexidade e a diversidade individual e cultural do estudante, o zelo na utilização dos recursos e transparência nos critérios de acesso do estudante às ações desenvolvidas com fomento da assistência estudantil do IFTO e a ética e sigilo profissional na condução das ações psicológicas, pedagógicas e sociais, preservando a identidade do estudante (IFTO, 2020, p. 5).

No entanto, a implementação de políticas de AE requer recursos financeiros significativos, porém os orçamentos públicos frequentemente são limitados ou sujeitos a cortes e contingenciamentos, como o, mais recente, que foi experimentado pelas Universidades e Institutos Federais de Educação no final de 2022. Além disso, a alocação adequada dos recursos, a distribuição equitativa entre as instituições e os estudantes que mais precisam, e a desburocratização dos processos administrativos são desafios persistentes que dificultam o acesso à AE. Embora esses processos sejam projetados para garantir que os auxílios cheguem apenas aos estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, sua complexidade muitas vezes desencoraja a participação desse público nos processos de seleção.

Diante desses desafios, as políticas de AE têm se tornado cada vez mais focalizadas, priorizando o atendimento aos mais pobres entre os pobres. Acredita-se, no entanto, que, quando cuidadosamente desenvolvidas e implementadas, essas políticas podem ser estratégias-chave para enfrentar a desigualdade educacional.

Para atingir esse propósito, é essencial que as políticas de AE sejam continuamente avaliadas, melhoradas e ajustadas às necessidades específicas da comunidade escolar. Segundo Costa e Castanhar (2003, p. 972):

A definição do que seja avaliação parece ser quase consensual. De acordo com a UNICEF¹ (1990), por exemplo, trata-se do exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple o seu desempenho, implementação e resultados, com vistas à determinação de sua eficácia, efetividade, impacto, sustentabilidade e a relevância de seus objetivos. O propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa.

Com este intuito, tem-se como questão problema de investigação: Qual o alcance da Política de Assistência Estudantil do IFTO, eixo de serviços essenciais², no *Campus Avançado Formoso do Araguaia*?

Em decorrência desta pergunta, se pretende apreender o alcance da POLAE do IFTO, eixo de serviços essenciais, especificamente no *Campus Avançado Formoso do Araguaia*, a fim de apresentar o resultado da política no período pandêmico de 2020 a 2022 buscando contribuir com o aprimoramento contínuo das políticas e práticas educacionais, a prestação de contas aos órgãos de controle e a transparência nas ações e resultados da POLAE, tornando-os acessíveis e compreensíveis para os gestores, estudantes e demais interessados.

A busca de respostas para atingir o objetivo proposto, desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: entender a distribuição dos recursos do PNAES do IFTO e a alocação destes no *Campus Avançado Formoso do Araguaia*; quantificar a demanda potencial da Política de Assistência Estudantil do IFTO, eixo de serviços essenciais, no *Campus Avançado Formoso do Araguaia*; identificar o nível socioeconômico dos estudantes beneficiários deste eixo, no mesmo *campus*; levantar dados de aprovação, reprovação, transferência e abandono dos estudantes beneficiários; analisar o desempenho escolar desses estudantes; e, por fim; desenvolver um instrumento de divulgação anual da execução financeira da POLAE no *Campus Avançado Formoso do Araguaia* e do desempenho escolar dos estudantes beneficiários do eixo de serviços essenciais.

A escolha dessa temática é justificada pela sua relevância na gestão sistêmica dos processos organizacionais do Setor de Assistência Estudantil (SAE), considerando

¹UNICEF é a sigla em inglês de United Nations International Children's Emergency Fund. Em português, é conhecido como Fundo das Nações Unidas para a Infância.

²O Eixo de serviços essenciais prima em atender estudantes em situação de vulnerabilidade e/ou necessidades humanas, considerando aspectos sociais, pedagógico-educacionais, sanitários, psicológicos, nutricionais e comunicacionais.

o contexto da pesquisadora, que, de agosto de 2018 a janeiro de 2024 esteve diretamente envolvida na implementação e acompanhamento da POLAE no IFTO e em especial no *Campus* Avançado Formoso do Araguaia e, principalmente, porque:

Raros são os estudos de avaliação das políticas de assistência estudantil. Não tem sido produzidos dados sistematizados, acompanhados de reflexões robustas acerca das políticas de Assistência Estudantil e sua contribuição para a manutenção do vínculo do discente com o sistema, para o sucesso e o desempenho acadêmico, nem no âmbito do Ministério da Educação, nem, eventualmente, por parte das próprias instituições federais através de seus pesquisadores (FONAPRACE. ANDIFES, 2018, p. 3).

A fundamentação teórica, neste material, propõe um estudo sobre a evolução histórica da assistência estudantil, assim como a sua implementação no IFTO. O estudo bibliográfico encontra fundamentação em literaturas concernentes ao tema, dentre as quais Araújo (2007), Rua (2009), Kowalski (2012), Melo (2012), Nascimento (2013), Secchi, (2014), Batista e Silva (2021), entre outros.

O produto final desta pesquisa consiste em uma proposta para implementação de um instrumento de divulgação anual, abordando tanto a execução financeira da POLAE no *Campus* Avançado Formoso do Araguaia quanto o desempenho escolar dos estudantes beneficiários do eixo de serviços essenciais.

Para atingir os objetivos propostos, a estrutura deste estudo compreende seis seções. Após esta introdução, a seção dois traz a trajetória metodológica da investigação incluindo tipo de pesquisa, delimitação temporal, delimitação espacial, participantes da pesquisa, técnicas e instrumentos de coletas de dados, forma de análises de dados, aspectos éticos e legais, e o detalhamento do plano de trabalho metodológico. A terceira reúne os estudos teóricos que embasaram a pesquisa, explorando temas como o processo histórico de construção da AE no Brasil e a AE no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. A quarta apresenta o boletim Informativo, produto desta pesquisa. Em seguida, a seção cinco consiste na sistematização dos dados produzidos, buscando estabelecer uma relação entre a teoria que orientou a elaboração da pesquisa e os dados sintetizados e por fim, a sexta seção aborda as considerações finais e, em seguida as referências que embasaram toda a pesquisa; o apêndice, composto pela edição especial do boletim informativo da Assistência Estudantil do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, do IFTO, para os anos de 2020, 2021 e 2022 e pela proposta de boletim informativo anual para os anos subsequentes; e os anexos, nos quais se encontra a solicitação de

autorização para realização da presente pesquisa no *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, do IFTO, assim como, a respectiva autorização.

1.1 Memorial de formação

Graduada em Pedagogia, pelo Centro Universitário UNIRG ³ (2005); Especialista em Orientação Educacional pela Universidade Salgado de Oliveira (2007); Especialista em Gestão Escolar, pela Universidade Federal do Mato Grosso (2011) e Especialista em Pedagogia Social pela Faculdade do Noroeste de Minas (2012). Minha trajetória profissional em relação à educação iniciou-se em fevereiro de 2007, quando fui contratada para substituir, interinamente, uma professora efetiva da 1ª série do ensino fundamental, que estava de licença saúde, na rede estadual de ensino em uma pequena cidade do interior do estado de Mato Grosso, localizada a mais de mil quilômetros da capital do referido estado.

Era tudo muito novo, eu não tinha experiência em ser professora, muito menos alfabetizadora e a responsabilidade diante de uma classe com tamanha diversidade de aprendizagens era imensa. Recordei-me que durante o tempo de faculdade aprendi que existiam salas multisseriadas, não era esse o caso da turma, mas passei a planejar as aulas para diferentes etapas e formas de aprendizagens. Confesso que naquele momento o meu único desejo era de que naquela sala de aula o nível de aprendizagem dos alunos fosse homogêneo, pois assim seria mais fácil conduzir à docência.

O que fazer com eles? Como os ensinar? Será que eu conseguiria? Tantas perguntas me vinham à mente e as respostas precisavam ser encontradas na prática, nas tentativas diárias.

Questionava-me como ser professora e, especialmente, como ser uma boa professora. Buscava inspiração nos diversos perfis de professores que tive ao longo da minha jornada como estudante. Na minha busca por aprender a arte de ensinar, absorvi um pouco de cada um desses mestres. As experiências educacionais, tanto nas formações iniciais quanto nas continuadas, aliadas às vivências profissionais, foram fundamentais para moldar a minha identidade como educadora.

³A Universidade de Gurupi (UnirG), com sede no município de Gurupi-Tocantins, é uma importante instituição educacional de referência no estado do Tocantins que oferece cursos de ensino superior para o público local, de regiões adjacentes e até mesmo de outros estados da federação brasileira.

No segundo semestre do mesmo ano, fui contratada também como professora na rede municipal de ensino, mais uma turma de primeira série. Foi quando descobri que, além das diferenças socioeconômicas e de aprendizagem dos estudantes, há também diferença entre as redes de ensino estadual e municipal. A precariedade daquela escola municipal e a falta de infraestrutura de uma forma geral era gigantesca.

Findado o ano de 2007, os contratos como professora interina nas duas redes de ensino haviam se encerrado. Fui então convidada para trabalhar como Assessora Técnica na Secretaria Municipal de Educação, convite este que de pronto aceitei. Quando cheguei percebi que havia muito trabalho a ser feito devido à implementação do Plano de Ações Articuladas, que era uma nova ferramenta para gerenciamento e estruturação da política educacional em períodos de quatro anos. Durante o período em que desempenhei o cargo, tive a oportunidade de participar de diversas capacitações que fizeram com que a minha prática profissional fosse aprimorada.

Com o passar do tempo, o gosto pela parte técnica, pelos programas e projetos educacionais me fascinaram e eu tive a certeza de que era isso o que eu almejava para minha carreira profissional. Porém, a angústia de ser contratada e de não ter a certeza de que o seu contrato será renovado no ano seguinte é desoladora. Partindo dessa inquietação e insatisfação passei a ter como objetivo buscar a efetivação via concurso público, em qualquer uma das esferas e, sim, eu queria ser funcionária pública efetiva e estável.

Em 2010, no estado de Mato Grosso, foram lançados editais de concurso público nas redes de ensino: municipal, estadual e federal. Fiz inscrição para os três concursos, e como fruto de muito estudo e dedicação, consegui aprovação para o cargo de professor, tanto na rede municipal de ensino quanto na estadual, e fiquei classificada na rede federal para o cargo docente e, também, para o cargo de técnico em assuntos educacionais. Em 2011, fui convocada e assumi as duas cadeiras para as quais fui aprovada, ambas com carga horária de 30 horas no estado; estava eu novamente inserida na docência e com um agravante, os locais de trabalho eram em localidades distintas.

Em 2012, lutei e consegui remoção, na rede estadual, para a cidade em que eu residia e então me vi diante do maior e mais prazeroso desafio da minha vida, a docência na educação especial. Eu não tinha nenhuma experiência nessa área, mas me dediquei a aprender. Foi ali, convivendo e conhecendo diferentes deficiências e dificuldades, que

encontrei o significado do amor, da gratidão, da fragilidade, do respeito, da empatia, da dependência do outro e que pude perceber o quanto somos pequenos.

O desafio agora não era o de alfabetizar, não era o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tão almejado pelos gestores, nem tão pouco controlar a bagunça, o desafio que se apresentava era bem maior, era o de INCLUIR cada um daqueles estudantes no ensino regular, para além do papel e das mídias. Era de contribuir para que cada um, apesar da sua limitação, tivesse mais autonomia, respeito e que os seus direitos, amplamente divulgados, fossem garantidos.

Ali também encontrei muitas diferenças sociais, discriminação, preconceito, abuso, maus-tratos, mas também muito zelo e amor por parte de algumas famílias e até mesmo dos próprios estudantes no convívio diário entre eles. Naquele momento o que se fazia urgente era o planejamento de aulas que tivessem como objetivo desenvolver a coordenação motora, a ambientação, a socialização, coisas que parecem sem sentido como: amarrar um cadarço, fechar um “zíper”, abrir a torneira, dar descarga no banheiro, pegar o próprio lanche, comer e beber sozinho, ligar a televisão ou o aparelho de som para ouvir música, usar o computador, entrar no ônibus do transporte escolar, atravessar a rua na faixa de pedestre, conhecer a biblioteca e os demais ambientes da escola, brincar na grama, na quadra e ainda participar dos eventos promovidos pela escola.

Em meados do ano de 2016, fui acometida por um problema de saúde que me afastou da docência. Fui readaptada de função e passei a contribuir com o setor de apoio pedagógico da escola. Mesmo afastada da docência, continuei lutando pela inclusão e igualdade de direitos.

No ano de 2018, em meio a inúmeras pesquisas relacionadas à tratativa da inclusão escolar, descobri o Programa Turma Legal, baseado em um programa finlandês de combate ao *bullying*, que foi implementado em escolas do estado do Ceará em 2014. Fiz a minha inscrição, participei da capacitação e, após a conclusão, apresentei o programa para a equipe gestora da escola, manifestando o meu interesse em desenvolvê-lo, mesmo eu não tendo uma turma. O objetivo do programa era o desenvolvimento socioemocional, tinha ênfase no autoconhecimento, empatia, cooperação, comunicação e resiliência adotando uma perspectiva preventiva e, ao mesmo tempo, transformadora de personalidades através do desenvolvimento de atividades lúdicas, que motivam os estudantes a participarem ativamente se colocando um pouquinho no lugar do outro.

O desenvolvimento do programa se deu em um curto período, pois precisou ser interrompido devido à minha mudança de estado após aprovação em um novo concurso público. Em agosto de 2018, tomei posse no cargo de técnico em assuntos educacionais, no IFTO, *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, onde estou e atuei, até janeiro de 2024, como presidente da Comissão Local de Assistência Estudantil e Responsável Técnica do SAE.

No ano de 2021, em meio ao desafio contínuo da pandemia do coronavírus (Covid-19), uma notável oportunidade de aprimoramento acadêmico surgiu, resultando de uma parceria entre duas instituições, o IFTO e a Universidade Federal do Tocantins (UFT). Em dezembro deste mesmo ano, foram abertas as inscrições do processo seletivo para a 6ª Turma do Curso de Mestrado Profissional em Educação, do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação (PPPGE) da UFT, para aluno regular, com disponibilidade de 20 vagas destinadas exclusivamente aos servidores efetivos do IFTO.

O Mestrado Profissional em Educação, inserido no PPPGE da UFT, concentra-se na área de Ensino-Aprendizagem, abrangendo duas linhas de pesquisa: “Currículos específicos de etapas e modalidades de educação” e “Métodos e técnicas de ensinar e apreender na educação básica”.

O processo seletivo envolveu duas etapas. Na primeira etapa, os candidatos foram avaliados por meio da análise da experiência profissional curricular – utilizando o Barema⁴ como ferramenta. Já na segunda etapa, os selecionados passaram por uma entrevista remota ao vivo, conduzida por meio de um aplicativo de reunião *on-line*.

Ao refletir sobre a minha jornada acadêmica, percebo a relevância e a riqueza das experiências vivenciadas no Mestrado Profissional. As disciplinas cursadas “Técnicas e Instrumentos da Avaliação da Aprendizagem”, “Tópicos Especiais - Docência da Educação Profissional e Tecnológica”, “Tópicos Especiais: Fundamentos da Pedagogia Freiriana”, “Construção Social da Linguagem e Letramento”, “Tópicos Especiais: o método em Marx e a Pesquisa Educacional” proporcionaram uma base sólida e diversificada de conhecimentos que contribuíram

⁴Barema é um termo utilizado principalmente no contexto educacional e avaliativo. Refere-se a uma tabela ou escala que estabelece critérios claros e objetivos para a avaliação de desempenho, atribuição de notas ou classificação de trabalhos, provas ou atividades. Essas tabelas ou escalas são frequentemente utilizadas para garantir consistência e imparcialidade na avaliação, fornecendo um guia claro sobre como os critérios serão aplicados e pontuados.

para o desenvolvimento deste trabalho de investigação, que, no momento, marca o ápice deste percurso de aprendizado.

Estou firmemente convencida de que a educação transcende a mera transferência de conhecimento, constituindo-se, de fato, como um poderoso ato de libertação. Esta visão encontra eco nas palavras de Freire (1987, p. 115), que afirmou: “assim como o opressor, para oprimir, precisa de uma teoria da ação opressora, os oprimidos para se libertarem, igualmente necessitam de uma teoria de sua ação”. Essa perspectiva de Freire ressalta a importância da educação como uma ferramenta crítica para a emancipação, capacitando as pessoas a perceberem e a remodelarem o mundo ao seu redor, instigando transformações profundas e significativas.

Neste contexto, a conclusão do presente estudo não se limita a um avanço acadêmico pessoal, mas se estende para influenciar positivamente a minha prática profissional. Ela orientará o SAE a desenvolver ações que estejam mais alinhadas com as necessidades reais dos estudantes, refletindo a educação como um instrumento não apenas de aprendizado, mas de libertação e transformação social.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realizar uma pesquisa é fundamental a definição do percurso metodológico. Essa seção pretende descrevê-lo, indicando escolhas, procedimentos e etapas que estruturaram nossa pesquisa. O foco será na explicação detalhada de cada decisão metodológica tomada, justificando sua relevância e contribuição para a consecução dos objetivos do estudo, garantindo que os métodos sejam replicáveis e os resultados, confiáveis.

2.1 Tipo de pesquisa

De abordagem quali-quantitativa, de natureza aplicada, estatística e com fins descritivo-analítico, para enriquecer essa investigação nos apoiamos no método que tem um enfoque teórico, metodológico e analítico que parte da apreensão da realidade concreta, considerando os contextos históricos, econômicos, políticos e sociais em constantes transformações. Nesse contexto, o PNAES se estabelece como um campo de luta simbólica e material, onde se confrontam visões de mundo distintas e interesses divergentes. Segundo Triviños (1987, p. 74), “no enfoque marxista, diferentes tipos de teoria podem orientar a atividade do investigador. Todas elas, porém, serão baseadas na pesquisa social, no materialismo histórico”. Ou seja, significa que o pesquisador apreende os dados da realidade e os analisa desde um ponto de vista histórico, tornando essa realidade inteligível através de sua síntese teórica.

A corrente filosófica sustentada na teoria de Marx afirma-se na área da educação por favorecer a análise histórica do fenômeno que se deseja desvendar, com profundidade e riqueza de detalhes, a fim de que, através do desvelamento dos condicionantes e de seus nexos constitutivos, se produza o conhecimento necessário para que possamos propor ações capazes de transformar a realidade social (Marx, [1986?]).

Para elucidar de maneira mais eficaz a temática selecionada e seguindo o método empregado, esta pesquisa é caracterizada como bibliográfica e documental. A realização da mesma envolveu um processo de procura, análise e revisão de informações pré-existentes em diversas fontes bibliográficas, incluindo livros, artigos científicos, teses e dissertações e ainda a análise de documentos e formulários preenchidos durante os processos de seleção da assistência estudantil. De acordo com

Fonseca (2002, p. 31), qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Em contrapartida, a pesquisa documental, conforme explica Fonseca (2002, p. 32), recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico. Nesse contexto, a pesquisa documental em nosso estudo englobou a coleta, análise e interpretação de documentos autênticos, originais e oficiais. Esses documentos, obtidos de arquivos particulares da instituição e ainda por meio de documentos de domínio público, são reflexos diretos e confiáveis dos dados que retratam a realidade do objeto de nosso estudo.

A combinação dessas duas abordagens, bibliográfica e documental, proporcionou um panorama abrangente e detalhado, essencial para a compreensão e análise crítica do tema investigado, fortalecendo a validade e a confiabilidade do estudo.

2.2 Delimitação temporal

O princípio organizacional da AE iniciou no Brasil na década de 1930, mas somente na década de 1960, após regulamentado, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 4.024 de 1961 (LDB 4024/61), passa a ser compreendido como um direito para todos os estudantes que precisarem (Brasil, 1961).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96 (LDB 9394/96), legislação que atualmente regula o sistema educacional no Brasil e serve como guia para a elaboração de políticas educacionais e práticas pedagógicas, aborda a AE de maneira geral ao mencionar a garantia de condições para o acesso e a permanência na escola. O seu artigo 3º, inciso I, destaca como um dos princípios do ensino a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o que implica a preocupação com a garantia de condições adequadas para que todos os estudantes possam participar efetivamente do processo educacional (Brasil, 2017c).

O espaço temporal dessa pesquisa é o período que vai do ano 2020 até 2022, quando a humanidade enfrentou uma Pandemia de Covid-19, que promoveu, além de muitas mortes humanas, um caos na economia, na saúde, na vida social e, de forma muito severa na educação, o fechamento das escolas em todos os níveis educacionais. As consequências da Pandemia na educação de crianças, jovens e adultos no Brasil continuam sendo avaliadas, mas já se tem como certo os prejuízos na aprendizagem e na permanência dos estudantes na escola. Muitos alunos não

voltaram a frequentar a escola, quando estas retomaram suas atividades presenciais e regulares.

Diante desse contexto desafiador, este trabalho se delimita em apreender o alcance da Política de Assistência Estudantil do IFTO, eixo de serviços essenciais, especificamente no *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, no período pandêmico de 2020 a 2022.

2.3 Delimitação espacial

Em 1909, o, então, presidente da República, Nilo Peçanha, instituiu, por meio do Decreto n.º 7.566, nas capitais dos dezenove estados brasileiros existentes àquela época, as primeiras Escolas de Aprendizes Artífices visando atender pessoas em situação de vulnerabilidade e formar operários e contramestres por meio de ensino gratuito de conhecimentos técnicos e práticos (Brasil, 1913, p. 450-452).

Com o passar do tempo e o desenvolvimento do país as Escolas de Aprendizes Artífices foram se transformando em Liceus, Colégios Técnicos, vinculados às Universidades Federais, Escolas Agrotécnicas Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica até que em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei n.º 11.892/2008, o governo federal instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, e criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Brasil, 2008a). No mês de setembro do corrente ano, esse conjunto de escolas completará 115 anos.

Consoante o artigo 2º da Lei n.º 11.892/2008, os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi (reitoria, *campus*⁵, *campus* avançado⁶, polos de inovação e polos de educação a distância), especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (Brasil, 2008a).

O artigo 3º da Portaria n.º 1.291, de 30 de dezembro de 2013, que estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

⁵*Campus*: tipologia da unidade do IF que atua com 40 docentes e 26 técnicos administrativos (40/26)

⁶*Campus* Avançado: tipologia de uma unidade do IF mais enxuta, que atua com 20 docentes e 13 técnicos administrativos (20/13)

também define parâmetros e normas para a sua expansão que poderá ocorrer mediante a constituição e estruturação das seguintes unidades administrativas:

I - *Campus*, voltado ao exercício das atividades permanentes de ensino, pesquisa aplicada, inovação e extensão e ao atendimento das demandas específicas nesse âmbito, em sua área de abrangência territorial;

II - *Campus Avançado*, vinculado administrativamente a um *campus* ou, em caráter excepcional, à Reitoria, e destinado ao desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão circunscritas a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada;

III - Polo de Inovação, destinado ao atendimento de demandas das cadeias produtivas por Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e à formação profissional para os setores de base tecnológica; e

IV - Polo de Educação a Distância, destinado à oferta de cursos de educação profissional e tecnológica na modalidade a distância, que poderá ser criado por meio de parceria com órgãos da administração pública, com o objetivo de expandir o atendimento às demandas por formação profissional em todo o território de abrangência do Instituto Federal.

§ 1º A criação e o funcionamento de *Campus*, *Campus Avançado* e Polo de Inovação estarão condicionados à autorização do Ministro de Estado da Educação (Brasil, 2013, p. 10).

A primeira relação dos *campi* que passaram a compor cada um dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados pela Lei n.º 11.892/2008, foi estabelecida através da Portaria do Ministério da Educação n.º 4, de 6 de janeiro de 2009. Conforme a referida Portaria, o IFTO, criado em 2008, resultante da integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, era composto pela Reitoria e os *campi* de: Palmas, Araguatins, Paraíso do Tocantins, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional (Brasil, 2009).

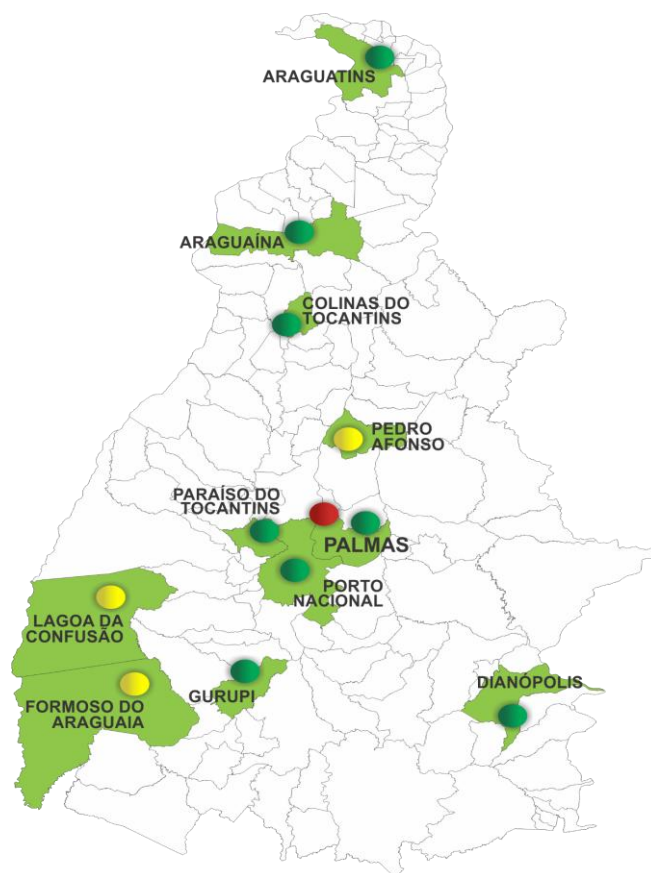
No ano de 2014, a Portaria n.º 505, do Ministério da Educação, traz uma nova atualização da relação dos *campi* integrantes da estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação (Brasil, 2014b). Conforme a referida portaria, o IFTO passou a ser composto pela Reitoria e por 10 unidades escolares (*Campus Araguaína*, *Campus Araguatins*, *Campus Colinas do Tocantins*, *Campus Dianópolis*, *Campus Gurupi*, *Campus Palmas*, *Campus Paraíso do Tocantins*, *Campus Porto Nacional*, *Campus Avançado Lagoa da Confusão* e *Campus Avançado Pedro Afonso*).

Após uma nova expansão em 2015, o IFTO hoje encontra-se estruturado em 12 unidades (uma Reitoria, oito *campi* e três *campi* avançados), em pleno

funcionamento. Suas unidades estão localizadas em todas as microrregiões do Estado do Tocantins, do norte ao sul, conforme Figura 1.

Após quase dez anos da última expansão estruturada da rede, o governo federal retoma o programa de expansão dos IFs e anuncia a criação de 100 novas unidades de Institutos Federais no Brasil. Com essa expansão o IFTO será contemplado com uma nova unidade a ser implantada na cidade de Tocantinópolis.

Figura 1 – Distribuição geográfica dos *campi* do IFTO



Fonte: IFTO (2023).

O *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, do IFTO, *lôcus* desta pesquisa, nasceu na conjuntura da terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, regulamentada pelo Ministério da Educação em agosto de 2015, conforme Anexo II da Portaria n.º 27 de 21 de janeiro de 2015 (Brasil, 2015). A unidade está localizada na Rua do Açude, s/n.º, próximo ao Lago Municipal, no Setor Central, no município de Formoso do Araguaia, no Estado do Tocantins.

O município, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), situa-se na região geográfica imediata de Gurupi, da qual fazem parte, além

de Formoso do Araguaia, os municípios de Aliança do Tocantins, Alvorada, Araguaçu, Cariri do Tocantins, Crixás do Tocantins, Dueré, Figueirópolis, Gurupi, Jaú do Tocantins, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Sandolândia, São Salvador do Tocantins, São Valério, Sucupira e Talismã.

Desde a sua implantação, até o ano de 2019, a unidade ofertava somente os Cursos Técnicos em Agricultura e Informática, com o tipo de oferta Concomitante⁷ e subsequente⁸ ao Ensino Médio e Cursos de Qualificação Profissional, denominados de Formação Inicial e Continuada (FIC). Em 2020, após muitos estudos de impacto, foi implantado no *campus* o primeiro Curso de Ensino Médio Integrado⁹ em Agricultura e, em 2021, foi a vez da implantação do Curso Médio Integrado em Informática.

Conforme os incisos I e II do *caput* do art. 36-B da Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008, que alterou dispositivos da redação original da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)/Lei n.º 9394/96, a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: “I - articulada com o ensino médio; e, II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio” (Brasil, 2008b).

O art. 36-C desta lei define que a educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do *caput* do art. 36-B, será desenvolvida de forma:

- I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;
- II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:
 - a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
 - b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
 - c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado (Brasil, 2008b).

E, ainda segundo o § 2º do art. 39, a educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: “I – de formação inicial e continuada ou qualificação

⁷Concomitante: no curso técnico concomitante ao Ensino Médio o estudante cursa as disciplinas de formação técnica no Instituto Federal e as disciplinas do ensino médio em outra instituição de ensino.

⁸Subsequente: o curso técnico subsequente ao Ensino Médio é destinado a estudantes que já concluíram o ensino médio e buscam uma formação técnica.

⁹Integrado: no curso técnico integrado ao Ensino Médio a formação geral e a formação profissional ocorrem de forma integrada, na mesma instituição de ensino.

profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; [e,] III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação” (Brasil, 2008b).

No ano de 2023, com a expansão dos Cursos Integrado ao Ensino Médio, e por falta de infraestrutura e insuficiência de corpo docente e administrativo, a unidade deixou de ofertar os Cursos Técnicos de Agricultura e Informática com o tipo de oferta Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio, mantendo somente a oferta dos Cursos Técnicos em Agricultura e Informática Integrados ao Ensino Médio e um Curso FIC Agricultor Familiar do Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA/EPT), esse último é resultado da pactuação de um Termo de execução descentralizada estabelecido entre a Secretaria de Educação Básica e o IFTO através de um acordo de cooperação celebrado entre o Estado do Tocantins, por intermédio da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins e o IFTO.

Consoante o Projeto Pedagógico do Curso FIC Agricultor Familiar do Programa EJA/EPT do CAFA, a pactuação teve como objetivo contribuir com o esforço nacional para o alcance da Meta 10 (dez) do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que prevê, até o ano de 2024, a oferta de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional (Brasil, 2014a).

Com base em dados obtidos através do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) do IFTO, em 2023, o *Campus* Avançado Formoso do Araguaia contava com 166 (cento e sessenta e seis) estudantes matriculados, sendo: 152 (cento e cinquenta e dois) no Ensino Médio Integrado e 14 (quatorze) no Curso FIC Agricultor Familiar.

Compõem hoje a equipe de trabalho da unidade 40 (quarenta) servidores, destes 17 (dezessete) são docentes; 09 (nove) são técnicos administrativos, 02 (dois) são estagiários e 12 (doze) são terceirizados. O *campus* funciona no período diurno e conta os seguintes ambientes físicos: 01 (uma) ampla biblioteca com um acervo considerável de livros, no mesmo ambiente há um espaço para acesso a tecnologias de informação e comunicação; 03 (três) laboratórios de informática com computadores ligados à internet; 01 (um) laboratório multiuso de agricultura; 01 (uma) sala de registros escolares e protocolo; 01 (uma) sala de professores; 01 (uma) sala da direção; 01 (uma) sala da gerência de ensino; 01 (uma) sala da coordenação de curso; 01 (uma) sala de

atendimento ao aluno; 01 (uma) sala da comissão própria de avaliação; 01 (uma) sala de administração e manutenção; 07 (sete) salas de aula; 01 (uma) sala do núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas; 01 (uma) sala de tecnologia da informação; 01 (um) ginásio poliesportivo; 01 (um) espaço de vivência discente; 02 (dois) sanitários para pessoas com deficiência, um para uso feminino e outro para uso masculino; 02 (dois) sanitários para estudantes, um para uso feminino e outro para uso masculino; 02 (dois) sanitários para servidores, um para uso feminino e outro para uso masculino; 02 (duas) copas, sendo uma dos servidores e a outra utilizada pelos colaboradores terceirizados; 02 (dois) almoxarifados; e, 01 (uma) guarita.

A unidade escolar de Formoso do Araguaia, do IFTO, funcionava em um espaço cedido pelo município, após um longo período de negociações e uma cansativa espera, no final de 2023, mais precisamente no dia 22 de setembro, foi formalizada, em sessão extraordinária da Câmara de Vereadores do município de Formoso do Araguaia, a doação, para o IFTO, do terreno e da estrutura predial em que funciona o *Campus Avançado Formoso do Araguaia*, do IFTO. Tão logo oficializada, deu-se início às obras de reforma a fim de ampliar os espaços físicos com o objetivo de melhor atender a comunidade escolar.

2.4 Participantes da pesquisa

Considerando que o objetivo desta investigação consiste em apreender o alcance da POLAE do IFTO, eixo de serviços essenciais, no CAFA, o universo de análise desta investigação se limita aos estudantes do Ensino Técnico dos Cursos de Agricultura e Informática, nos tipos de oferta Concomitante, Integrado e Subsequente, que foram contemplados com auxílio financeiro.

O período de análise abrangeu os anos de 2020 a 2022, envolvendo um universo total de 344 (trezentos e quarenta e quatro) estudantes. Vale ressaltar que este é considerado um Censo, uma vez que as análises procederam na totalidade e o recorte temporal delimitado consiste no período crítico da pandemia de Covid-19.

2.5 Técnicas e instrumentos de coletas de dados

Para aprimorar nosso entendimento da temática proposta, iniciamos nossa investigação explorando fontes secundárias, realizando uma análise centrada na

realidade. Utilizamos estratégias de pesquisa bibliográfica, explorando publicações acadêmicas por meio de plataformas reconhecidas como o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO) e repositório institucional da UFT, empregando o termo “assistência estudantil” como nosso descritor-chave. Após refinar a busca, aplicando filtros específicos, tais como artigos submetidos à revisão por pares, publicados nos últimos cinco anos, e aqueles com ênfase específica nos beneficiários da AE, conseguimos isolar seis estudos.

Essa seleção foi refinada ainda mais mediante uma análise detalhada dos títulos e resumos, permitindo a identificação de pesquisas específicas sobre o impacto da AE no desempenho escolar dos estudantes beneficiários, conforme figura abaixo, que foram consideradas fundamentais para enriquecer nossa discussão. Observamos, contudo, que no repositório da UFT, não foram encontrados estudos focados na análise do desempenho escolar dos estudantes beneficiados pela AE.

Quadro 1 – Revisão bibliográfica sobre o desempenho escolar dos estudantes beneficiários da AE

(Continua)

Referência/Ano	Proposta	Principais achados
CAPES		
Menezes, Abel Smith; Silva, Marcelo Antonio da; Oliveira, Kleber Fernandes de; Carvalho, Kleverton. Melo de; Lima, Alessandra Cabral Nogueira. (2023)	Análise de evidências de efeitos positivos no desempenho dos alunos beneficiados pelo PNAES da Universidade Federal de Sergipe.	Os alunos têm menor taxa de evasão e melhor rendimento acadêmico em comparação com o restante do corpo discente. A pesquisa destacou a importância da AE para estudantes de escolas públicas e grupos étnicos minoritários, indicando a necessidade de investimentos em apoio pedagógico para superar as desigualdades sociais. O estudo sugere que os investimentos em AE estão alinhados com os objetivos do PNAES, especialmente no que diz respeito à garantia de permanência para a população de baixa renda.
Julião, Cassiano Roberto Ferreira; Pereira, Luiz Ismael; Ferreira, Marco Aurélio Marques. (2022)	Análise da relação entre os mecanismos do PNAES e o desempenho acadêmico dos discentes brasileiros de baixa renda.	A política de AE tem efeito positivo no desempenho acadêmico de estudantes de baixa renda. Observou-se que quanto menor o nível de renda familiar, maior é o efeito positivo da AE. Esses resultados conduzem à conclusão de que a política de AE não apenas fornece recursos para garantir a permanência dos estudantes, mas também contribui para a qualidade da aprendizagem, elevando o rendimento acadêmico dos seus beneficiários.

Quadro 1 – Revisão bibliográfica sobre o desempenho escolar dos estudantes beneficiários da AE

(Conclusão)

Referência/Ano	Proposta	Principais achados
SciELO		
Cespedes, Juliana Garcia; Minhoto, Maria Angélica Pedra; Oliveira, Suzana Cristina Pereira de; Rosa, Anderson da Silva. (2021)	Analisa a eficácia do programa de auxílio para estudantes da Universidade Federal de São Paulo e os possíveis impactos sobre o desempenho acadêmico.	Os resultados indicam que o programa tem cumprido o seu propósito de criar condições para a permanência e o pleno aproveitamento da formação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Houve uma menor taxa de desistência e uma maior proporção de estudantes em curso e formados entre aqueles que receberam algum tipo de auxílio. Os alunos com renda de até 1,5 salário mínimo que receberam o auxílio apresentaram melhores coeficientes, com menor variabilidade em comparação com os que não receberam, em todos os campi estudados.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das plataformas da CAPES e SciELO.

Durante as pesquisas observou-se uma predominância em estudos focados na permanência estudantil de estudantes beneficiários da AE. Nesse sentido, Imperatori (2017, p. 293) ressalta que, embora as ações de AE não sejam uma novidade no cenário educacional, há uma carência de investigações abrangentes nessa área. Isso se deve, em grande parte, ao fato de que a literatura existente é predominantemente composta por estudos de casos isolados.

Os altos custos associados a pesquisas longitudinais fazem com que muitas pesquisas sejam de curto prazo ou limitadas a contextos específicos, o que contribui para uma compreensão fragmentada da realidade da AE. Desta forma, a dificuldade em realizar pesquisas de longa duração limita a capacidade de obter uma visão completa e abrangente sobre os impactos de políticas de AE ao longo do tempo.

Visando compreender a Política de Assistência Estudantil no IFTO, conduzimos uma análise abrangente que incorporou tanto o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) quanto a própria Política de Assistência Estudantil do IFTO e sua implementação.

Na fase de coleta documental, recorremos a fontes eletrônicas diversificadas, sem tratamento analítico, como o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que é um sistema de produção e gestão de documentos e processos eletrônicos, desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e disponibilizado, gratuitamente, para utilização pelo IFTO, que nos forneceu dados referentes aos editais de seleção da AE do *Campus Avançado Formoso do Araguaia*; o SUAP, que é um *software*

desenvolvido pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte e licenciado para o IFTO, onde foram obtidas informações relacionadas ao desempenho escolar dos estudantes contemplados com AE; o e-mail institucional do SAE, uma ferramenta vital que contém planilhas eletrônicas elaboradas pela Diretoria de Assistência Estudantil da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (DAE/PROAE). Essas planilhas são alimentadas, anualmente, pelo SAE do referido *campus*, permitindo a coleta de informações socioeconômicas dos estudantes contemplados; e ainda a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), lançada em 2018. A plataforma consiste em um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil, 2018). Por meio dela, conseguimos reunir dados precisos sobre o número total de matrículas do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, organizados por ano, curso e modalidade de ensino.

Essa variedade de fontes contribuiu para uma abordagem abrangente e detalhada na coleta de informações referentes a: recursos do PNAES, público-alvo, alcance da POLAE, auxílios concedidos por tipologia, ocorrências por tipologia de auxílio, classificação econômica, sexo biológico, cor da pele/raça, procedência escolar, composição familiar e desempenho escolar dos beneficiários por tipo de oferta.

2.6 Forma de análises dos dados

Ao serem coletados os dados, quando são, em sua maioria, numéricos, é preciso trabalhá-los, dentro de critérios estatísticos. Para isso, a estatística é um instrumento importante, na perspectiva de trabalhar os dados brutos e, por meio destes torná-los visivelmente entendíveis e compreensíveis, pois como diz Crespo (1995, p. 13), “[...] o aspecto essencial da Estatística é o de proporcionar métodos inferenciais, que permitam conclusões que transcendam os dados obtidos inicialmente”.

Com o objetivo de transformar os dados primitivos em informações a serem apresentadas, para o leitor, de uma forma simples, clara e que expressassem a verdade, foram adotadas tabelas de frequências, tanto absolutas quanto relativas, com e sem intervalos de classe. Essas tabelas emergem como instrumentos fundamentais na análise documental, oferecendo uma estrutura organizada para os dados brutos.

Para a coleta de dados foram empregadas as variáveis, qualitativas (nominais e ordinais) e quantitativas (contínuas e discretas). Segundo Crespo (1995, p. 17), “[...] chamamos de variável o conjunto de resultados possíveis de um fenômeno”.

A análise do desempenho escolar dos estudantes beneficiários pela POLAE está representada por meio da utilização de indicadores de resultados fundamentados na concepção de que esses indicadores proporcionam números tangíveis e comparáveis.

O referencial teórico que nos ajudou na operacionalização da análise documental desta investigação baseou-se nas diretrizes de Bardin (1977). De acordo com essa autora, as fases da análise de conteúdos organizam-se em torno de três polos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; e, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (Bardin, 1977, p. 95).

Os documentos foram registrados em sua forma integral, e, para simplificar a apresentação dos dados coletados, procedeu-se à organização a partir da codificação dos dados mediante um processo de decomposição levando em consideração suas similaridades sendo posteriormente feita a categorização. Dessa forma, as inferências finais foram extraídas a partir do material reconstruído, mantendo a integridade e a fidedignidade dos dados.

2.7 Aspectos éticos e legais

Foi solicitada autorização à Direção do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, do IFTO, para realização da coleta dos dados necessários para a realização desta investigação. Foram explicados os objetivos, o tipo de informações necessárias, os locais onde seriam coletados os dados, o anonimato dos sujeitos da pesquisa e o período que compreendia a coleta. Com base na solicitação de autorização para a realização da pesquisa de Mestrado na unidade, a direção manifestou-se favorável à execução da atividade.

2.8 Detalhamento do plano de trabalho metodológico

Esta etapa da investigação diz respeito ao processo adotado para transitar dos objetivos inicialmente estabelecidos à interpretação dos resultados alcançados. Organizamos o nosso plano conforme as diretrizes de Bardin (1977), dividindo-o em três fases cronológicas.

Na fase de pré-análise, dedicamo-nos intensamente à identificação, leitura, análise crítica e síntese de literatura pertinente ao objeto de estudo. Esse esforço visou estabelecer uma sólida base teórica para a pesquisa. As fontes relevantes foram cuidadosamente selecionadas e compiladas no intervalo de abril de 2022 a abril de 2024.

Durante esse mesmo período, com o objetivo de entender a distribuição e alocação dos recursos da POLAE, procedemos ainda com a escolha dos documentos que seriam submetidos à análise detalhada focando em questões relacionadas ao impacto financeiro. Com livre acesso aos sistemas, onde seriam coletados os dados para a pesquisa, utilizamos o sistema SEI IFTO para a busca de dados sobre os editais de seleção da AE, análise, concessão, a oferta de auxílios, a demanda de inscritos, a elegibilidade contínua dos estudantes para receber assistência e os valores do orçamento destinado a AE do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia.

A fim de que pudéssemos segmentar o público-alvo da investigação, nos empenhamos na busca das informações referentes ao nível socioeconômico dos estudantes contemplados com auxílios financeiros da POLAE, eixo de serviços essenciais, nos anos de 2020, 2021 e 2022. Para essa busca utilizamos os dados obtidos durante os processos de seleção de auxílios da AE de 2020/1, 2020/2, 2021 e 2022, que constam em planilhas, elaboradas pela DAE/PROAE, e alimentadas, anualmente, pelo SAE do *campus*, com base nas informações autodeclaradas pelo estudante no ato de inscrição para a seleção do PNAES.

Nas planilhas, foi possível obter variáveis referentes à faixa de renda familiar per capita (RFP), cor da pele/raça, sexo, composição familiar, procedência escolar, curso e a modalidade de ensino em que o estudante estava matriculado e tipo de auxílio recebido durante cada ano investigado.

Para a obtenção de informações relacionadas ao desempenho escolar dos estudantes contemplados com a POLAE, eixo de serviços essenciais, fizemos uso do sistema SUAP IFTO, que nos fornece registros acadêmicos detalhados, e a fim de que pudéssemos obter os dados totais referentes ao número de matrículas nos cursos técnicos no âmbito do IFTO e do CAFA por ano, por curso e por modalidade de ensino, utilizamos a PNP.

Posteriormente, iniciamos a fase de preparação do material, empregando técnicas como a elaboração de resumos e planilhas de dados, meticulosamente preparadas pela autora, utilizando o programa *Google Docs* Planilhas. A ferramenta

utilizada foi escolhida porque, além de atender à necessidade, permite salvar os arquivos na nuvem ou no dispositivo, de forma *on-line* e *off-line*, o que facilita a alimentação das planilhas em máquinas e ambientes diversificados, conforme a necessidade apresentada. Este processo foi essencial para a organização e sistematização dos dados, facilitando a subsequente análise e interpretação.

Na fase de exploração do material, foram criados indicadores específicos, os quais foram fundamentais para embasar e enriquecer a interpretação dos resultados, conferindo-lhes maior profundidade e relevância no contexto da pesquisa realizada.

A terceira fase da investigação foi dedicada ao tratamento, à inferência e à interpretação dos resultados obtidos a fim de fornecer uma representação simplificada, significativa e válida dos dados brutos. Nessa fase examinamos como a AE influencia as condições materiais dos estudantes e modifica as relações sociais e educacionais no campus, observando possíveis mudanças na dinâmica de poder e na igualdade de oportunidades. Os dados tratados foram representados em tabelas e analisados com base no referencial teórico adotado nesta pesquisa.

A partir da interpretação dos dados obtidos foi possível registrar os resultados neste relatório e gerar uma edição especial do boletim informativo da Assistência Estudantil do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, do IFTO, para os anos de 2020, 2021 e 2022 o qual será amplamente divulgado para a comunidade escolar, de forma virtual, via página institucional, e-mail e *WhatsApp* e ainda de forma impressa visando proporcionar transparência institucional e disseminar informações sobre às iniciativas da Assistência Estudantil conforme preconizado na POLAE.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Da elite à inclusão: o processo histórico de construção da assistência estudantil no Brasil

Esta seção objetiva oferecer uma visão abrangente sobre o processo de moldagem e alcance da AE no Brasil ao longo do tempo, destacando suas principais interações com movimentos sociais, mudanças políticas e transformações no cenário do ensino, desde suas raízes elitistas até uma política pública mais inclusiva dentro do setor educacional.

A educação no Brasil é confrontada com desafios históricos complexos, marcados por persistentes desigualdades e exclusões. Essa realidade sublinha a necessidade de adotar estratégias mais inclusivas e equitativas para superar tais obstáculos. Nesse cenário, Batista e Silva (2021, p. 3) argumentam que a trajetória da política educacional brasileira é permeada de desigualdades, alijamentos e impedimentos de grandes grupos da sociedade ao acesso à educação, em decorrência da sua condição social, econômica, política, cultural, dentre outras.

A ligação entre esses desafios históricos na educação e a necessidade de uma resposta governamental alinhada com a promoção de uma educação acessível, de qualidade e eficaz se torna ainda mais evidente à luz da observação de Rua (2009, p. 20). A autora destaca a natureza intrinsecamente “pública” das políticas públicas, salientando a responsabilidade governamental na garantia dos direitos estabelecidos por lei. Essa perspectiva reforça a ideia de que as políticas públicas, emanadas do setor público, devem atender às necessidades da população, assegurando seus direitos e promovendo o bem-estar coletivo de forma transparente e democrática.

Dentro dessa perspectiva, a AE emerge como um elemento vital na luta contra as desigualdades sociais. A fim de aprofundar nossa compreensão do seu processo histórico de moldagem, nos apoiamos nas investigações de Kipnis (2021) e, ainda, em Kowalski (2012) e Silveira (2012), tendo-as como principais fontes de referência, visto que seus estudos foram frequentemente citados durante a nossa revisão de literatura. As autoras esboçam uma linha do tempo, dividindo em três fases distintas os eventos que levaram à formalização da AE no Brasil.

Do ponto de vista dessas autoras, as raízes da AE no Brasil remontam a 1928, quando a elite brasileira enfrentava desafios para manter seus filhos estudando em

cursos universitários. Nesse contexto, destaca-se a construção da “Casa do Estudante Brasileiro” em Paris, uma iniciativa promovida pelo governo Washington Luís, direcionada aos interesses da classe mais abastada que tinha a prática de enviar seus filhos para estudar na Europa. Essa prática estabeleceu uma responsabilidade do governo brasileiro em garantir os recursos financeiros necessários para a manutenção, tanto da casa quanto para o suporte dos estudantes.

Em território brasileiro, Kowalski (2012) e Silveira (2012) consideram que a primeira fase que contribuiu para a regulamentação da AE teve seu prenúncio na década de 1930, durante a Segunda República (1930-1936), marcando o início de um intrincado processo de cunho político, social e econômico, permeado por constantes lutas dos movimentos sociais e estudantis. A fase estaria associada ao surgimento e consolidação do ensino superior, e abrangeria um extenso período desde a criação da primeira universidade até a democratização política.

Corroborando com essa afirmativa, Araújo (2007, p. 23) ressalta que a década de 1930 testemunhou a abertura da “Casa do estudante do Brasil”, no Rio de Janeiro, vinculada a um restaurante popular, destacando-se como uma entidade beneficente voltada para auxiliar os estudantes carentes. Essa fase culminou em abril de 1931, com a instituição da AE na universidade pelo presidente Getúlio Vargas, por meio do Decreto n.º 19.851/1931, denominado Estatuto das Universidades Brasileiras, que não apenas estabelecia bolsas de estudo para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica “obedecendo um rigoroso critério de justiça e de oportunidade” (Brasil, 1931), mas também previa serviços médico-hospitalares para todos os estudantes.

No âmbito da constitucionalidade, a AE foi incorporada pela primeira vez no contexto da Constituição Federal de 1934, a nossa terceira Constituição (Brasil, 1934), e que, de acordo com Melo (2012, p. 47), foi influenciada pelo modelo da Constituição Alemã de Weimar. Essa Constituinte foi um marco ao introduzir o ensino primário obrigatório e gratuito, além de solidificar a obrigação da União, dos Estados e do Distrito Federal em destinar recursos para auxílio aos estudantes vulneráveis, abrangendo a distribuição gratuita de material escolar, concessão de bolsas de estudo, assistência alimentar, odontológica e médica. Este período, embora carente de uma estrutura formal de AE, como a conhecida atualmente, demonstrou um compromisso inicial com a redução das disparidades sociais e a promoção de um ambiente educacional inclusivo.

Em 1937, ano em que teve início o Estado Novo (1937-1945), a nova Constituição e as reformas educacionais subsequentes, entre 1942 e 1948, focaram principalmente na reestruturação do sistema educacional em resposta às necessidades socioeconômicas do momento, embora houvesse a preocupação com o acesso, à escolarização e a permanência das classes mais pobres na escola, a exemplo da Reforma Capanema, que reorganizou o ensino técnico e profissionalizante, as ações voltadas a AE tiveram menos ênfase (Brasil, 1937).

Embora esse período tenha testemunhado avanços significativos na área da educação, que ajudaram a modernizar o sistema educacional brasileiro e adaptá-lo às demandas da sociedade e da economia da época, é importante reconhecer suas limitações e criticar seu caráter autoritário. Sob o Governo de Getúlio Vargas, o poder estava concentrado de maneira significativa, resultando em uma falta de participação democrática na formulação de políticas educacionais. Além disso, o regime foi controlador, utilizando a censura para silenciar dissidências e críticas, o que cerceou a liberdade acadêmica e sufocou o debate intelectual. O sistema educacional também perpetuou desigualdades socioeconômicas, falhando em garantir igualdade de acesso e oportunidades para todos. A ênfase excessiva na formação técnica em detrimento da educação humanística aprofundou essas desigualdades, relegando aspectos fundamentais do desenvolvimento humano a segundo plano.

Subsequentemente, a Constituição de 1946 enfatizou a educação como um direito universal, reiterando o princípio de que a educação é um direito de todos que será dada no lar e na escola, inspirando-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Essa Constituinte tornou obrigatório, dentro dos sistemas de ensino, em todos os níveis de ensino, o fornecimento de serviços de assistência educacional para garantir condições efetivas de aprendizado aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A sua regulamentação está embasada na ideia de que a educação é um direito de todos e que o estado deve prover os meios necessários para assegurar esse direito, especialmente para aqueles que enfrentam desafios socioeconômicos (Brasil, 1946). Em 1961, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 4.024/61) teve um importante destaque na história da educação brasileira ao prever assistência social escolar, médico-odontológica e de enfermagem como um direito de todos os estudantes (Brasil, 1961).

Apesar dos esforços em promover a educação como um direito de todos, as desigualdades socioeconômicas persistiram durante a Nova República no Brasil,

iniciada em 1946 e que perdurou até o ano de 1963. É importante reconhecer que ainda haviam desafios a serem superados no que se refere ao acesso à educação de qualidade, que continuou sendo limitado para muitos brasileiros e a efetividade das políticas educacionais, que não foi satisfatória considerando que as mudanças políticas e a falta de compromisso contínuo com esses programas podem ter prejudicado seu impacto a longo prazo.

Nos anos seguintes, o período ditatorial (1964-1985) representou um retrocesso, marcado por repressões e controle rígido sobre diversos setores da sociedade, incluindo o ambiente educacional, onde os direitos já garantidos por lei não se efetivaram na prática. Embora tenham ocorrido algumas reformas estruturais e curriculares, essas medidas buscavam alinhar a educação às demandas do mercado, mas limitavam as opções dos estudantes.

Na concepção de Nunes e Veloso (2016, p. 2),

Todas as menções de assistência ao estudante, seja na LDB de 1961 ou na Constituições Federais do Brasil até 1967, se caracterizam como um direito igual de todos, no entanto, a definição de uma política ou programa específico com alocação de recursos para a assistência estudantil na educação superior não se efetivou.

Durante os anos de ditadura, a União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade de luta pelo reconhecimento da AE como direito social e política pública, foi declarada ilegal. Sua sede foi incendiada e seu presidente, José Serra, foi exilado. Conflitos entre estudantes e militares resultaram em prisões e mortes de estudantes, enquanto professores enfrentaram detenções, demissões e aposentadorias compulsórias. Nesse cenário conturbado, a “Passeata dos cem mil”, organizada pelo movimento estudantil, emergiu como um clamor popular pelo fim da ditadura e pelo restabelecimento das liberdades democráticas. É importante ressaltar que, somente em 1985, no governo Sarney, a UNE voltou à sua legalidade.

Com o propósito de garantir iniciativas de AE com ênfase em programas relacionados à alimentação, moradia e atendimento médico e odontológico, a década de 1970 testemunhou a criação do Departamento de Assistência ao Estudante, vinculado ao MEC. No ano seguinte, a LDB/Lei n.º 5.692/71, consolidou nos sistemas de ensino serviços de assistência educacional aos estudantes pobres, como material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e moradia no espectro da AE (Brasil, 1971). No ano seguinte, foi instituído o “Programa Bolsa

Trabalho”, alinhando-se ao desenvolvimento socioeconômico e voltado para os estudantes carentes de recursos financeiros.

Em resumo, o período militar no Brasil deixou um legado de repressão e limitações à liberdade acadêmica, resultando em impactos negativos duradouros no sistema educacional do país. A falta de efetivação dos direitos dos estudantes e a priorização de uma educação voltada para as demandas do mercado contribuíram para a exclusão e a marginalização de muitos indivíduos, enfraquecendo a base democrática e inclusiva da educação brasileira.

O período de Redemocratização do Brasil, iniciado em 1986, marcou a segunda fase de formalização da AE no Brasil, que segundo Kowalski (2012) e Silveira (2012) iniciou em 1987, em meio a um espaço favorável para o desenvolvimento de uma série de debates e projetos de leis que resultaram em uma nova configuração da Política de Assistência Estudantil nas universidades brasileiras. Destaca-se a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE). O Fórum congrega os pró-reitores, sub-reitores, decanos, coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil, tendo como um dos seus objetivos formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o fornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional (FONAPRACE, 2008, p. 01).

De acordo com Nascimento (2013, p. 104), o Fórum surgiu com uma função reivindicativa, articulando a luta pela consolidação de uma Política de Assistência Estudantil, nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), às bandeiras do Movimento de Reforma Universitária defendidas pelos intelectuais, estudantes e movimentos sociais na década de 1960.

No ano seguinte, com a promulgação da CF/88, a educação foi elevada a um direito social fundamental, iniciando uma era de transformações significativas no sistema educacional brasileiro. Esse período foi marcado pela universalização do ensino e por esforços para garantir acesso e permanência igualitária na escola. Conforme o Inciso VII, do Art. 208, desta Constituição, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A Constituição de 1988, busca estabelecer um Estado Democrático que garanta o exercício dos direitos sociais e individuais, promovendo valores como

liberdade, segurança, bem-estar, desenvolvimento, igualdade e justiça como fundamentos supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e livre de preconceitos (Brasil, 2023). Os direitos nela delineados têm o propósito de guiar o funcionamento do Estado e a convivência civil, promovendo uma cultura de respeito aos direitos individuais, diversidade e resolução pacífica de conflitos.

Nos anos 1990, a LDB de 1996 trouxe uma nova reestruturação do sistema educacional, com diretrizes claras para os níveis de ensino, valorização dos profissionais da educação e flexibilização dos currículos. Nessa época iniciativas como o Programa Universidade para Todos e o Fundo de Financiamento Estudantil, juntamente com o sistema de avaliação Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), foram fundamentais para democratizar o acesso ao ensino superior e avaliar a qualidade da educação. Além disso, a introdução de tecnologias educacionais, o fortalecimento das políticas de inclusão e a expansão da Educação a Distância (EaD) representaram avanços importantes.

As reformas do ensino médio, como a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mudanças curriculares e o fortalecimento das políticas de educação inclusiva são exemplos da contínua busca por melhorias na qualidade, acessibilidade e equidade da educação no Brasil a fim atender às demandas contemporâneas. Contudo, ao analisar a LDB 9.394/96, percebe-se que a lei se limita a reverberar o que está estabelecido no art. 206 da CF/88, reafirmando, em seu Art. 3º, os princípios já mencionados na Constituinte, destacando, em especial, o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Brasil, 2017c). Esta menção, embora se alinhe aos ideais de equidade educacional, não aborda diretamente os mecanismos financeiros e estruturais necessários para garantir a efetivação desse princípio, deixando uma lacuna importante no que se refere ao apoio concreto aos estudantes.

A terceira fase, iniciada em 2007, abarca um período de expansão e reestruturação das IFES até os dias atuais. São marcos dessa expansão o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e a instituição do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PANES) em âmbito federal pela portaria ministerial do MEC n.º 39/2007. Implementado em 2008, o PNAES é destinado a estudantes de cursos de graduação presencial das IFES, conectando, desta forma, as ações de AE às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A literatura indica que a base regulatória da AE no ensino superior está fundamentada pelo Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, promulgado sob a égide do MEC. Este decreto consolida a AE como uma política pública, garantindo medidas facilitadoras para o acesso ao ensino superior federal e ampliando as condições de permanência e conclusão de curso dos estudantes. Essa medida reforça o entendimento de que oferecer suporte aos estudantes, particularmente aqueles provenientes de estratos sociais mais pobres, constitui um dever do estado, visando a promoção da igualdade de oportunidades no campo educacional (Brasil, 2010).

O decreto regulamenta ainda as dez ações da AE a serem desenvolvidas no âmbito institucional, devendo estas serem desenvolvidas nas áreas de moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A década de 2010 introduziu ainda programas como o Bolsa Permanência Prouni, que consiste em auxílio financeiro ao bolsista integral do Prouni, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Tecnológico e Emprego e o Programa Bolsa Permanência, que prevê a concessão de auxílio financeiro a estudantes de graduação, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados em IFES, ampliando assim ainda mais o alcance das políticas de assistência.

Em 2014, com vistas a cumprir o art. 214, da Constituição, foi aprovado o PNE. O Plano tem vigência de dez anos e estabelece metas e estratégias a serem cumpridas pela União, Distrito Federal, Estados e Municípios. Entre as metas destaca-se a meta 12, que, na estratégia 12.5, preconiza o desenvolvimento de políticas de inclusão e de AE a estudantes de instituições públicas, com vistas a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior (Brasil, 2014a). Em dezembro de 2019, houve a aprovação da Lei n.º 13.935, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, que passaram a contar com esses serviços por meio de equipes multiprofissionais (Brasil, 2019).

Durante o período de Redemocratização do Brasil, houveram avanços significativos na formalização da AE, porém é fundamental reconhecer que alguns aspectos críticos persistiram ao longo desse período.

Um dos principais pontos de preocupação reside na discrepância entre as políticas educacionais propostas e sua efetiva implementação. Apesar da formulação

de leis e regulamentações para promover a AE nas IFES, a realidade muitas vezes se mostrou aquém do esperado. A escassez de recursos financeiros apresenta desafios significativos, dificultando que a política alcance efetivamente seus objetivos de democratização do acesso, ampliação da permanência e garantia do sucesso acadêmico dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Além disso, a implementação da AE pode ser percebida como excludente, beneficiando apenas uma parcela dos mais necessitados por meio de processos seletivos complexos. Isso pode desencorajar a participação de muitos estudantes que dependem desse apoio para permanecer e ter sucesso acadêmico.

Conforme apontado por Carvalho (2022, p. 128),

Ao não prover assistência suficiente para todos que dela necessitam, as IFES acabam por negar não apenas o direito à assistência estudantil, mas também, o direito à educação, que, sem a oferta de políticas de permanência amplas, não se materializa para as camadas populares em sua totalidade.

Apesar do percurso evolutivo da AE ao longo das décadas, deixando para trás ações fragmentadas para integrar-se de forma essencial às políticas educacionais mais abrangentes, especialmente a partir dos anos de 1990, os dados evidenciam a urgência de uma reformulação mais profunda na concepção e implementação das políticas de AE. É necessário garantir que essas políticas atendam de maneira eficaz às necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Portanto, aprofundar a análise sobre a implementação da POLAE no IFTO se mostra crucial para a compreensão de como os princípios e as evoluções históricas da AE no Brasil se materializam em práticas concretas, adaptadas às realidades locais em busca da superação das origens elitistas da AE em direção a uma abordagem mais inclusiva e democrática.

3.2 A assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação do Tocantins

A presente seção objetiva analisar e descrever as características específicas da POLAE do IFTO, focando especialmente no contexto particular do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia. Conforme apontado pela investigação bibliográfica, todas as iniciativas do IFTO utilizam como ferramenta norteadora o PDI.

As diretrizes delineadas neste instrumento (PDI 2020-2024) definem que o seu objetivo consiste em projetar as disposições do IFTO em relação ao futuro coletivamente almejado. Elaborado de forma participativa, o documento representa um guia essencial, ancorado na missão, visão, princípios, objetivos, metas e ações predefinidas, que direcionarão as decisões dos gestores. Contrariando a estática de um documento, o PDI ressalta a necessidade de flexibilidade diante das demandas emergentes e da dinâmica inerente à vida acadêmica (IFTO, 2019, p. 10).

O capítulo sexto do documento concentra-se nas políticas institucionais, o subitem 6.4.4.4 aborda especificamente a política de assistência estudantil, detalhando seu papel, premissas, atuação, responsabilidades e compromissos. Dentre esses aspectos, destacam-se a busca pela formação integral do estudante, a expansão do atendimento, a focalização em diversas vulnerabilidades, a operacionalização dos recursos financeiros e o fomento ao acesso, permanência e êxito (IFTO, 2019, p. 80).

Ações voltadas para a AE foram implementadas no IFTO, em 2011, tendo como parâmetro o decreto do PNAES e como bases normativas as resoluções listadas no quadro a seguir:

Quadro 2 – Normativas da Política de Assistência Estudantil no IFTO

Ano	Resolução	Descrição
2011	Resolução n.º 04	Regulamenta o Programa de Assistência ao Estudante no âmbito do IFTO
2014	Resolução n.º 22	Altera o Regulamento do Programa de Assistência ao Estudante no âmbito do IFTO
2020	Resolução n.º 24	Reformula a Política de Assistência Estudantil do IFTO

Fonte: Elaboração própria com base nas normativas institucionais do IFTO.

O artigo 1º da primeira versão do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil, aprovado por meio da Resolução n.º 04/2011, apresenta o Programa da seguinte maneira:

[...] um conjunto de ações voltadas ao atendimento a estudantes regularmente matriculados em cursos oferecidos pelo IFTO nas modalidades: ensino médio (PROEJA, médio integrado, concomitante e subsequente) e superior (bacharelado, tecnólogo e licenciatura); visando a permanência e êxito na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e de qualidade de vida (IFTO, 2011, p. 2).

Os Institutos Federais tem o compromisso de atender diferentes níveis de ensino. Elaborar uma política de AE que também abranja esses diversos níveis é um desafio significativo, especialmente devido à oscilação dos recursos do PNAES ao longo dos anos, que variam entre aumentos e reduções. Esses recursos, que já são limitados, precisam ser diluídos entre todos os níveis de ensino, o que aumenta a complexidade da gestão dentro dessas instituições. A administração eficaz desses recursos limitados torna-se ainda mais crucial para garantir que todos os estudantes, independente do nível educacional, recebam o apoio necessário para sua permanência e sucesso acadêmico.

No artigo 5º, do regulamento foram estabelecidas as ações que norteavam o Programa de Assistência Estudantil do IFTO, as quais incluíam auxílio-transporte, alimentação, moradia, material didático, uniforme, bolsa estudante colaborador, emergencial, assistência médica, odontológica e psicossocial, auxílio aos pais estudantes, arte/cultura e esporte/lazer, e inclusão digital.

Em 2014, esse regulamento passou por modificações, mediante a Resolução n.º 22/2014, resultando na criação de uma nova versão chamada Programa de Assistência Estudantil. Esta nova estrutura foi composta por dois eixos: eixo assistência e apoio, que delimita o público assistido com base em vulnerabilidade social comprovada, e o eixo universal, destinado a todos os estudantes regularmente matriculados e frequentes em cursos presenciais de ensino médio e superior.

No ano de 2019, visando à gestão e operacionalização dos serviços, a aplicação de recursos financeiros destinados à AE no IFTO, a uniformização do funcionamento da AE e instrumentalização dos profissionais ali lotados, foi iniciada uma reformulação abrangente do PAE (IFTO, 2020, p. 5). A reformulação se deu através do esforço conjunto dos profissionais lotados nas Unidades de Gestão da Assistência Estudantil (UGAE), do IFTO, culminando, em 2020, com a criação da POLAE, aprovada pela Resolução n.º 24/2020.

De acordo com o PDI 2020-2024, a POLAE é uma normativa cujo objetivo é sistematizar e integrar a equipe especialista da AE do IFTO, para priorizar os serviços, a fim de melhorar a gestão e a operacionalização, incluindo metodologias e instrumentos que não foram anteriormente previstos nas normatizações (IFTO, 2019, p. 154).

Conforme o seu artigo 6º, a Política está estruturada em uma governança que desempenha funções de avaliação, direcionamento e monitoramento a partir da(o):

I - definição do direcionamento estratégico;

- II - supervisão e avaliação do sistema de gestão;
- III - sistematização e integração dos trabalhos dos servidores lotados na Assistência Estudantil;
- IV - gerenciamento dos riscos estratégicos que comprometam a permanência e o êxito dos estudantes (IFTO, 2020, p. 6).

No que tange às responsabilidades das equipes de trabalho da UGAE, conforme o artigo 13, página 9, destaca-se a implementação de ações e intervenções de apoio à permanência, a realização do acompanhamento de rendimento acadêmico/escolar dos estudantes beneficiários e a elaboração de relatório anual de gestão.

Por sua vez, para fins de otimização, monitoramento, controle e avaliação das ações e intervenções com ou sem recursos financeiros, o artigo 25 apresenta os dois eixos a serem implementados pelas equipes de trabalho das UGAES: o eixo de serviços essenciais e o eixo universal (IFTO, 2020, p. 13).

O eixo de serviços essenciais prima em atender estudantes em situação de vulnerabilidade e/ou necessidades humanas, considerando aspectos sociais, pedagógico-educacionais, sanitários, psicológicos, nutricionais e comunicacionais.

Na seleção de estudantes para o eixo de serviços essenciais do CAFA, a escolha se dá mediante um processo seletivo pautado por editais que priorizam estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A elegibilidade para participar desse processo exige que os estudantes estejam matriculados e frequentando regularmente os cursos presenciais, nas modalidades concomitante, integrado ou subsequente.

A seleção dos candidatos transcorre em várias etapas. Isso inclui a análise dos documentos submetidos durante o período de inscrição, bem como a avaliação dos dados fornecidos no questionário socioeconômico. Essa avaliação vai além dos critérios de renda *per capita* e de proveniência de escola pública. Adicionalmente, são realizadas entrevistas, com exceção dos anos de 2020 e 2021, que devido a suspensão das atividades presenciais as entrevistas foram suspensas e, quando necessário, visitas domiciliares.

Os estudantes são selecionados com base nos critérios estabelecidos nos editais, sendo classificados de acordo com seu grau de vulnerabilidade socioeconômica, até que a disponibilidade orçamentária seja alcançada. Esse processo garante uma seleção transparente e equitativa, visando atender os estudantes mais pobres.

Até 2022, os editais eram publicados semestralmente, considerando a entrada de novos estudantes nos meses de janeiro e julho. No entanto, a partir de 2023, essa periodicidade foi ajustada para ser anual. Essa alteração decorre da interrupção da oferta de cursos concomitantes e subsequentes, resultando em ingressos ocorrendo apenas uma vez por ano.

Já o eixo universal tem por objetivo desenvolver ações, por meio de projetos, que exigem auxílio financeiro. Esse eixo não condiciona a participação dos estudantes a estudo socioeconômico e cultural, porém se vincula à frequência mínima de 75% e/ou aproveitamento acadêmico/escolar (IFTO, 2020, p. 14).

3.2.1 O monitoramento da Política de Assistência Estudantil

O Plano Nacional de Assistência Estudantil-PNAE (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, 2001, p. 3) estabelece como um de seus objetivos específicos a definição de “um sistema de avaliação dos programas e projetos de AE por meio da adoção de indicadores quantitativos e qualitativos para análise das relações entre assistência e evasão, assistência e rendimento acadêmico”.

Além disso, o Plano estabelece que as avaliações institucionais devem contemplar diversos pontos, incluindo a relação oferta/demanda, desempenho acadêmico do estudante e mecanismo de avaliação continuada da assistência estudantil” (ANDIFES, 2001, p. 7).

Conforme o art. 5º, parágrafo único, inciso II, do Decreto n.º 7.234/2010, “às IFES deverão fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES” (Brasil, 2010). Sendo assim, o FONAPRACE orienta que as instituições de ensino devem:

- estabelecer indicadores para pontuar a oferta dos serviços em relação ao atendimento à demanda;
- avaliar a melhoria do desempenho acadêmico do estudante usuário da assistência, estabelecendo uma rede de informações entre Pró-Reitorias, departamentos de administração acadêmica e colegiados de cursos;
- identificar a dinâmica do uso de serviços de complementação da vida acadêmica pelos estudantes usuários dos programas e projetos (bibliotecas, videotecas, eventos culturais e apresentação de projetos de pesquisa e extensão) (FONAPRACE. ANDIFES, 2012, p. 70).

Silva; Nunes e Pacheco (2023) destacam que, no cenário educacional superior, existe uma grande variação nas metodologias de avaliação das políticas de AE

adotadas pelas universidades e que essa variação reflete a heterogeneidade inerentes a estas instituições. Os autores salientam a ausência de uma metodologia unificada que possa direcionar de maneira eficaz o processo avaliativo, contribuindo para a otimização do tempo de trabalho das IFES e oferecendo um guia para aquelas universidades que ainda não implementaram sistemas próprios de avaliação.

Neste debate sobre a essencialidade de uniformizar e otimizar os procedimentos de avaliação das políticas de AE, torna-se imperativo revisitar o marco inicial do Programa de Assistência Estudantil do IFTO, instituído pelo regulamento de 2011 (IFTO, 2011). Este documento destaca-se por incorporar como um de seus princípios a ampla divulgação dos benefícios e critérios de acesso, e por visar expressamente a redução das taxas de desistência e reprovação, bem como a elevação do rendimento acadêmico dos estudantes beneficiários. No entanto, embora estabeleça a importância da supervisão do programa, ele se revela insuficiente na definição de indicadores concretos que deveriam orientar a implementação e o acompanhamento efetivo das ações. Essa falta de métricas claras e objetivas não é um problema isolado, mas persiste também na versão subsequente da normativa, evidenciando uma necessidade crítica de refinamento e especificação nas estratégias de avaliação das políticas de AE.

Conforme consta no PDI 2020-2024, do IFTO, na página 151, as diretrizes de avaliação das atividades da AE foram previstas no PDI 2015-2019, ficando a cargo do IFTO a criação e implementação de mecanismos e instrumentos de avaliação. Essa iniciativa tinha como objetivo medir o êxito das ações da AE, com foco no desempenho acadêmico e na redução da evasão escolar (IFTO, 2019). No entanto, até a última atualização do PDI, essas avaliações não haviam sido realizadas, possivelmente devido à ausência de instrumentos e mecanismos de mensuração, falta de pessoal capacitado ou ainda à falta de direcionamento estratégico aos responsáveis pela demanda, conforme indicado no documento.

Ao examinarmos a POLAE do IFTO, identificamos componentes que preveem a implementação de um processo sistemático de monitoramento e avaliação da política. Um destaque é a nova abordagem em avaliação, conforme o artigo 36, página 14, que torna a avaliação um componente obrigatório para todas as ações que envolvam os serviços e a aplicação dos recursos do PNAES. A responsabilidade pela avaliação do eixo de serviços essenciais é atribuída à equipe de trabalho da UGAE

de cada unidade, enquanto o monitoramento e avaliação do eixo universal é de responsabilidade do proponente da ação.

O Artigo 39 da normativa estabelece a obrigatoriedade de monitorar o desempenho acadêmico e escolar dos estudantes beneficiários de auxílio financeiro e/ou serviços especializados. O enfoque reside na elevação da frequência e na redução da evasão, com indicadores específicos definidos conforme quadro abaixo.

Quadro 3 – Indicadores de monitoramento

Dados dos Indicadores de monitoramento	
Nome do Indicador	Objetivo do Indicador
I Perfil socioeconômico dos estudantes matriculados considerando as referências	Identificar o perfil socioeconômico dos estudantes no IFTO e por <i>Campus</i>
II. Relação de matriculados por demanda de auxílio financeiro	Verificar os motivos da não participação no requerimento de auxílio
III. Demanda de auxílios por recursos disponíveis	Avaliar a disponibilidade orçamentária por demanda
IV. Quantidade de auxílios concedidos por faixa de renda per capita	Responder aos órgãos de controle (Exemplo MEC que solicita valor de auxílio por faixa)
V. Taxa da efetividade do valor do auxílio na superação da retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras	Analisar a qualidade dos valores concedidos na minimização dos efeitos das vulnerabilidades em virtude do desempenho
VI. Relação de estudantes e quantidade de auxílios recebidos por ações	Mapear o caminho da execução financeira entre a população discente
VII. Relação de matriculados por demanda de atendimentos em serviços	Demonstrar o fluxo das intervenções da equipe de trabalho da AE
VIII. Percentual de estudantes aprovados que receberam atendimento da equipe de trabalho da AE	Validar as estratégias positivas
IX. Percentual de estudantes reprovados que receberam atendimento da equipe de trabalho da AE	Categorizar as causas da ausência de êxito
X. Percentual de estudantes aprovados que receberam auxílio financeiro	Manter as estratégias positivas (pecúnia e serviços)
XI. Percentual de estudantes reprovados que receberam auxílio financeiro	Categorizar as causas da ausência de êxito
XII. Percentual de estudantes que receberam auxílio e evadiram	Diagnosticar as causas da evasão
XIII. Percentual de estudantes atendidos pela equipe de trabalho que evadiram	Aprimorar estratégias interativas

Fonte: Adaptado de POLAE (IFTO, 2020, p. 15).

Adicionalmente, o artigo 40 evidencia a necessidade de desenvolver mecanismos e instrumentos para monitorar e avaliar as ações, serviços e recursos relacionados ao eixo de serviços essenciais e eixo universal. Esses mecanismos

devem ser caracterizados pela mensurabilidade, centralidade, padronização e divulgação.

O mesmo artigo propõe que a ferramenta de divulgação possa ser um painel eletrônico integrado às atividades das UGAEs, apresentando os resultados dos indicadores por meio de gráficos, mapas e tabelas.

Por fim, o artigo 41 estabelece que os resultados das avaliações anuais servirão como subsídio para análise de viabilidade das ações nos campi e na Reitoria, no ano subsequente. Dessa maneira, compreende-se que o processo de monitoramento e avaliação da política não apenas garante a eficiência, eficácia e coerência da POLAE do IFTO assegurando o cumprimento das suas determinações, mas também robustece a prestação de contas, fomenta a transparência e viabiliza ajustes estratégicos para atingir os objetivos estabelecidos.

4 PRODUTO EDUCACIONAL

Nesta seção, apresentaremos o produto educacional oriundo desta pesquisa intitulada Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação do Tocantins: um estudo sobre o alcance do eixo de serviços essenciais no *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, a qual foi realizada no Curso de Mestrado Profissional em Educação do Programa Profissional de Pós-Graduação em Educação da UFT - *Câmpus* Universitário de Palmas.

Conforme a Portaria n.º 389, de 23 de março de 2017, que dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* e a Resolução CNE/CES n.º 7 de 11 de dezembro de 2017, alterada pela Resolução CNE/CES n.º 4, de 16 de novembro de 2022, que estabelece as normas para o funcionamento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Brasil, 2017b), o Mestrado Profissional constitui um curso de pós-graduação *stricto sensu* pertencente ao Sistema Nacional de Pós-Graduação e, conforme o artigo 1º da Portaria n.º 309/2017, tem como objetivos:

- I - capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho;
- II - transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local;
- III - promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados; e
- IV - contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas (Brasil, 2017a).

O Edital da UFT n.º 41/2021 - PPPGE, referente ao processo seletivo do curso deste Mestrado Profissional em Educação traz, no subitem 1.4, os formatos de Produto Final resultante de Pesquisa Aplicada, que, conforme a Plataforma Sucupira da Capes, a área de concentração e as linhas de pesquisa do programa, são: 1) artigo científico, 2) composição, 3) concerto, 4) desenvolvimento de aplicativo, 5) dissertação, 6) editoria, 7) equipamento ou kit, 8) estudo de caso, 9) manual de operação técnica, 10) material didático e instrucional, 11) patente, 12) processo de

criação, 13) produção artística, 14) produção de programas de mídia, 15) produto, processo ou técnica, 16) projeto de aplicação ou adequação tecnológica, 17) projeto de inovação tecnológica, 18) projeto técnico, 19) proposta de intervenção em procedimento clínicos ou serviço pertinente, 20) proposta pedagógica, 21) protocolo experimental ou de aplicação em serviço, 22) protótipo para desenvolvimento ou produção de instrumento, 23) publicação tecnológica, 24) registro de propriedade intelectual, 25) relatório final de pesquisa, 26) relatório técnico com regras de sigilo, 27) revisão sistemática e aprofundada da literatura, 28) software educacional.

Conforme as orientações estabelecidas pelo Edital da UFT n.º 41/2021 - PPPGE, este projeto de mestrado se alinha às expectativas e requisitos para produtos finais de Pesquisa Aplicada no âmbito do Mestrado Profissional em Educação. Destaca-se que o produto educacional desenvolvido se enquadra na categoria de “material didático e instrucional”, conforme definido na plataforma Sucupira da Capes.

4.1 Boletim informativo

Como um desdobramento prático deste estudo e com vistas a atender os objetivos propostos, foi desenvolvida uma proposta de “Boletim informativo da Assistência Estudantil do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, do IFTO” que se encontra disponível no apêndice desta investigação. O Boletim Informativo tem com o objetivo contribuir com o aprimoramento contínuo das políticas e práticas educacionais, a prestação de contas aos órgãos de controle e ainda promover transparência nas ações e resultados pertinentes à AE e ao desempenho escolar dos estudantes beneficiários, tornando-os acessíveis e compreensíveis para os gestores, estudantes e demais interessados.

O produto tem o formato de infográfico e para a sua criação utilizou-se a versão gratuita do CANVA, uma plataforma de *design* gráfico e comunicação visual reconhecida pela sua interface amigável, de fácil compreensão por públicos com diferentes níveis de educação. Essa ferramenta possui uma variedade de recursos, o que facilita a projeção de conteúdos digitais envolventes, permitindo aos usuários a escolha de diferentes modelos pré-desenhados para a personalização. A versão gratuita da plataforma permite compartilhar os *designs* criados por meio de *links*, realizar apresentações e ainda as salvar em múltiplos formatos, incluindo PNG, JPG, PDF, SVG, Vídeo, MP4 e GIF.

A estrutura do produto reúne informações referentes ao objetivo do PNAES e sua implementação no IFTO, o público-alvo, a caracterização dos auxílios financeiros, a finalidade da avaliação socioeconômica, os critérios de concessão de auxílios por grupos, para o auxílio emergencial e para o auxílio viagem, demonstra o valor investido na AE, o quantitativo de estudantes matriculados, contemplados e de auxílios concedidos, a RFP, gênero, cor ou raça, faixa etária, composição familiar e o desempenho escolar dos estudantes beneficiários.

Para garantir um alcance abrangente, sua distribuição será realizada tanto de forma virtual, por e-mail, grupos de *WhatsApp*, redes sociais e no *website* da instituição, quanto em formato impresso a ser fixado no mural principal do CAFA. Essa estratégia de divulgação aumenta o alcance, assegurando que o boletim informativo chegue a toda a comunidade escolar.

Na seção seguinte, avançaremos para a apresentação e análise dos dados coletados, explorando de forma detalhada as variáveis de recorte que contribuíram para o desenvolvimento desta proposta de boletim informativo.

5 SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS PRODUZIDOS

As informações possuem a capacidade de modificar a maneira como percebemos a realidade ao nosso redor. Neste sentido, esta seção é dedicada à análise minuciosa e criteriosa dos dados obtidos durante o estudo, seguida pela apresentação dos resultados. O propósito é estabelecer ligações claras e significativas entre as informações coletadas e os objetivos definidos pela pesquisa, buscando atingir uma compreensão aprofundada e fundamentada dos fenômenos em análise.

Os dados coletados foram organizados em três categorias principais: informações gerais sobre a POLAE do IFTO, com foco no CAFA, durante o período de 2020 a 2022, dados sobre o perfil dos estudantes beneficiários pela POLAE do IFTO, eixo de serviços essenciais e por fim, dados sobre o desempenho escolar desses estudantes. Para a tabulação e análise estatística dos dados recorreremos ao uso do Excel.

5.1 Dados referentes aos estudantes beneficiários da Política de Assistência Estudantil do IFTO, eixo de serviços essenciais, no *Campus Avançado Formoso do Araguaia*, no período de 2020 a 2022

5.1.1 Dados gerais

Diante dos desafios sem precedentes impostos pela pandemia de Covid-19, a POLAE desempenhou um papel crucial no apoio aos estudantes do CAFA. As tabelas deste tópico fornecem uma análise pormenorizada de sua execução entre 2020 e 2022 e nos oportunizam conhecer o alcance da POLAE, eixo de serviços essenciais, no CAFA.

A Tabela 1 ilustra o montante de recursos recebidos e alocados ao PNAES do IFTO, comparando o orçamento planejado para a AE no CAFA com os gastos efetivos em serviços essenciais investidos no suporte aos estudantes durante este período.

Tabela 1 – Recursos do PNAES

Ano	Recurso PNAES – IFTO	Variação anual (IFTO)	Orçamento do previsto CAFA	Variação anual (CAFA)	Solicitações de pagamentos (CAFA)	Variação do orçamento executado (CAFA)
2020	R\$7.804.468,00	Base	R\$136.592,99	Base	R\$ 117.022,00	-14,3%
2021	R\$6.796.694,00	-12,9%	R\$118.955,04	-12,9%	R\$ 137.846,80	+15,9%
2022	R\$6.970.681,00	+2,6%	R\$121.977,54	+2,5%	R\$ 122.195,00	+0,2%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da DAE/PROAE e do SAE do IFTO, *Campus Avançado Formoso do Araguaia*.

No que tange aos recursos do PNAES destinados ao IFTO para suas 11 unidades, observamos que em 2020 foi alocado um montante significativo de R\$7.804.468,00 (sete milhões, oitocentos e quatro mil quatrocentos e sessenta e oito reais). No entanto, em 2021, esse valor sofreu uma redução expressiva de 12,9%, totalizando R\$6.796.694,00 (seis milhões, setecentos e noventa e seis mil seiscentos e noventa e quatro reais). Já em 2022, houve um aumento de 2,6%, alcançando R\$6.970.681,00 (seis milhões, novecentos e setenta mil seiscentos e oitenta e um reais). Essa variação indica a necessidade de uma abordagem estratégica na gestão desses recursos para garantir uma utilização eficiente, considerando as oscilações anuais.

Para além da pandemia, a instabilidade dos recursos aumenta a vulnerabilidade e contribui significativamente para taxas mais altas de evasão escolar. A destinação e a consistência dos recursos em qualquer área, incluindo a educação, são influenciadas pela visão de governo e pela interpretação dos gestores sobre o direito dos cidadãos à educação pública de qualidade. A falta de uma destinação permanente de recursos, com uma porcentagem fixa do orçamento, leva a oscilações anuais no financiamento. Essa volatilidade exacerbada pode intensificar as vulnerabilidades já existentes. Quando o orçamento é insuficiente e imprevisível, as comunidades educacionais enfrentam desafios crescentes para manter a qualidade e a acessibilidade do ensino, prejudicando especialmente aqueles em situação de maior fragilidade econômica.

Quanto ao orçamento previsto para o CAFA, em 2020 foi estipulado o valor de R\$136.592,99 (cento e trinta e seis mil quinhentos e noventa e dois reais e noventa e nove centavos). Desse total, somente R\$117.022,00 (cento e dezessete mil vinte e dois reais) foram efetivamente investidos no eixo de serviços essenciais. A migração da oferta do ensino presencial por aulas nos meios digitais trouxe consigo desafios que afetaram a plena implementação das ações previstas no eixo universal da POLAE. Esse cenário exigiu soluções imediatas para assegurar a continuidade da oferta e do acesso educacional. Entre essas soluções, a implementação de um auxílio financeiro para inclusão digital, fixado em R\$50,00 (cinquenta reais), destacou-se como uma medida emergencial. Esse auxílio foi projetado para subsidiar os gastos com pacotes de dados de internet, respondendo à urgente necessidade de conectividade dos estudantes para engajamento nas atividades educacionais realizadas por meios digitais.

Além disso, reconhecendo a barreira que a falta de dispositivos eletrônicos representava para o acesso às aulas, foi organizado, pela equipe gestora do CAFA,

um sistema de empréstimo de equipamentos pertencentes ao instituto. Essa iniciativa procurou garantir que nenhum estudante, particularmente aqueles enquadrados nos critérios do PNAES, fosse excluído do processo educativo devido à ausência de recursos tecnológicos ou conexão à internet. Em 2021, o orçamento previsto sofreu uma redução de 12,9%, totalizando R\$118.955,04 (cento e dezoito mil novecentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos), no entanto, o investimento em serviços essenciais excedeu o previsto, alcançando o valor de R\$137.846,80 (cento e trinta e sete mil oitocentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos), excedente este que foi aportado pela reitoria. Contudo, em 2022, o orçamento para AE viu um modesto incremento, reforçando o suporte essencial disponibilizado.

De acordo com a análise da execução orçamentária do PNAES no CAFA ao longo desses três anos, percebe-se que o IFTO ajusta o financiamento conforme os recursos recebidos e o desembolso efetivado por suas unidades. No entanto, para que uma política de AE seja realmente eficaz, é crucial reconhecer o perfil dos estudantes e, com base nisso, alocar os recursos necessários para atender a toda a demanda. Não basta apenas utilizar o orçamento disponível, é fundamental que os recursos financeiros investidos contribuam significativamente para a melhoria das condições de acesso, permanência e êxito acadêmico dos estudantes. Dessa forma, o investimento deve ser direcionado estrategicamente para gerar o máximo impacto positivo possível.

A tabela seguinte apresenta a demanda potencial público-alvo da AE matriculados em cursos técnicos, no IFTO ao longo dos anos de 2020 a 2022.

Tabela 2 – Público-alvo da assistência estudantil matriculado em cursos técnicos no âmbito do IFTO

IFTO	Estudantes matriculados em Cursos Técnicos	Estudantes com perfil	
2020	6.708	4.687	70%
2021	6.069	4.818	79%
2022	5.790	3.916	68%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha 2020, 2021 e 2022 (MEC/PNP, 2023).

A análise crítica dos dados apresentados na Tabela 2 revela não apenas uma tendência preocupante de declínio nas matrículas nos cursos técnicos no âmbito do IFTO ao longo do período estudado como nos fornece uma visão detalhada e elucidativa sobre a necessidade de suporte financeiro entre os estudantes público-alvo da AE.

A queda no número de matrículas é claramente observada, iniciando com 6.708 (seis mil setecentos e oito) estudantes em 2020, decrescendo para 6.069 (seis mil e sessenta e nove) em 2021, e apresentando uma redução ainda mais acentuada em 2022, culminando em uma queda total de 13,7% em relação a 2020. A diminuição das matrículas em 2022 pode ser atribuída ao fato de que o IFTO, com base no plano de retorno gradual das atividades presenciais, elaborado pelo Comitê de Risco do IFTO, foi uma das últimas unidades de ensino a retornar às aulas no formato presencial. A transição tardia do ensino remoto para o ensino presencial pode ter influenciado na decisão dos estudantes e suas famílias, que possivelmente optaram por instituições que ofereciam essa modalidade mais cedo, buscando maior estabilidade e continuidade no ensino. Essa dinâmica reflete a importância do *timing* nas decisões educacionais, impactando diretamente o fluxo de matrículas em períodos subsequentes.

De forma paralela, a análise da proporção de estudantes considerados prioritários para receber a AE, definidos por possuírem uma RFP de até um salário mínimo e meio, revela flutuações significativas. Em 2020, 70% dos estudantes matriculados em cursos técnicos do IFTO atendiam esse critério. No ano seguinte, em 2021, apesar da redução de 9,5% de estudantes matriculados em cursos técnicos, houve um aumento significativo de estudantes público-alvo da AE, chegando à proporção de 79%. Esse declínio nas matrículas e as flutuações no percentual da demanda potencial da AE pode ser interpretado como uma consequência das dificuldades financeiras enfrentadas por muitas famílias que exacerbou as vulnerabilidades socioeconômicas, possivelmente levando alguns estudantes a interromperem os estudos devido a necessidade de buscarem alternativas de trabalho para ajudar nas despesas familiares. Isso sugere que as crises econômicas podem ampliar as desigualdades, afetando desproporcionalmente os mais vulneráveis.

É importante ressaltar que, de acordo com os dados da PNP, a maioria dos estudantes matriculados em cursos técnicos no âmbito do IFTO tem RFP de até um salário mínimo e meio. Tal perfil demográfico não apenas espelha as desigualdades socioeconômicas presentes na sociedade brasileira, mas também sublinha a crítica questão da distribuição de renda no país. Esses dados reforçam o papel essencial que as Universidades e os Institutos Federais desempenham ao oferecer oportunidades educacionais a segmentos da população historicamente marginalizados e excluídos, atuando como agentes de mitigação das disparidades sociais profundamente enraizadas.

Essa análise também lança luz sobre os desafios enfrentados pelas instituições de ensino na implementação de políticas de AE, como o PNAES, que foi concebido com intenções nobres e abrangentes, visando atacar diretamente as desigualdades que permeiam o sistema educacional brasileiro. Os objetivos do programa são claros e ambiciosos: democratizar as condições de permanência, reduzindo o impacto das desigualdades sociais e regionais que frequentemente resultam em obstáculos para a permanência e a conclusão dos estudos por parte dos estudantes. Além disso, busca diminuir as taxas de retenção e abandono escolar, problemas crônicos no ensino exacerbados por questões financeiras, e ainda promover a inclusão social por meio da educação, reconhecendo o poder transformador que esta possui.

Entretanto, apesar das intenções louváveis, a implementação do programa enfrenta desafios significativos, principalmente devido à vasta demanda de estudantes elegíveis, que necessitam desse suporte. Esse cenário evidencia uma fragilidade intrínseca da política: a dificuldade de estender um “cobertor” de recursos que é, por natureza, limitado, para cobrir integralmente as necessidades de sua comunidade estudantil.

Neste contexto, o dilema enfrentado pelas instituições educacionais reflete a complexidade de equilibrar os ideais de equidade e inclusão com as limitações práticas impostas por orçamentos restritos. Apesar da importância crítica do PNAES para o avanço social e educacional no Brasil, sua eficácia está condicionada pela capacidade de superar essas limitações, requerendo não apenas financiamento adequado, mas também uma gestão eficiente e inovadora dos recursos disponíveis. Assim, enquanto o PNAES representa um passo vital em direção a um sistema educacional mais justo e inclusivo, seu sucesso pleno depende de abordagens que possam ampliar e maximizar o impacto dos recursos limitados à disposição.

A seguir, a Tabela 3 é apresentada com o propósito de fornecer uma visão detalhada sobre o alcance da POLAE no CAFA, ao longo de três anos consecutivos. Esta análise busca decifrar o impacto e a atuação da política, considerando variáveis cruciais como o número de estudantes matriculados em cursos técnicos, a identificação de estudantes com perfil para receber benefícios, à concessão efetiva desses benefícios e a existência de demanda não atendida entre o público qualificado para AE.

Tabela 3 – Alcance da Política de Assistência Estudantil no *Campus Avançado*
Formoso do Araguaia

CAFA	Estudantes matriculados em Cursos Técnicos	Estudantes com perfil	Benefícios concedidos	Estudantes selecionados com perfil	Demanda reprimida público-alvo da AE
2020	280	201 72%	161	106 53%	95 47%
2021	278	241 87%	97	96 40%	145 60%
2022	275	217 79%	86	84 39%	133 61%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SAE do IFTO, *Campus Avançado* Formoso do Araguaia e da Plataforma Nilo Peçanha 2020, 2021 e 2022 (MEC/PNP, 2023).

Os dados dispostos na tabela revelam uma estabilidade na quantidade de estudantes matriculados nos cursos técnicos ofertados pelo CAFA, mantendo-se entre 280 (duzentos e oitenta) e 275 (duzentos e setenta e cinco). Entretanto, ao avaliar o percentual de estudantes identificados como elegíveis para recebimento de benefícios da AE, percebe-se um registro inicial de 72% em 2020, seguido de aumento para 87% em 2021, e apesar da diminuição para 79% em 2022, ainda é 7% superior ao quantitativo registrado em 2020.

Ao contrastar essa tendência com o número de inscrições nos processos seletivos da AE do CAFA, observa-se uma dinâmica flutuante: 137 (cento e trinta e sete) inscrições em 2020, uma redução para 105 (cento e cinco) em 2021 e um subsequente aumento para 144 (cento e quarenta e quatro) inscritos em 2022. A queda em 2021 pode ser reflexo de desafios que vão desde a divulgação dos editais e a compreensão destes por parte da comunidade escolar até as dificuldades técnicas, como acesso limitado à internet e a dispositivos eletrônicos, além de complicações nas inscrições *on-line*, exacerbadas pelo contexto da pandemia, quando o apoio de AE ocorreu de forma virtual.

Com base nesses dados, é importante reconhecer a existência de uma lacuna, cada vez maior, entre a demanda por auxílio financeiro e a disponibilidade de recursos do programa para atendê-la, como indicado pelo declínio no percentual de estudantes beneficiários de 53% em 2020 para 39% em 2022. Este descompasso não apenas ilumina as limitações orçamentárias enfrentadas pela AE, mas também revisita questões cruciais relacionadas à reformulação do regulamento do programa em 2020, que até então atendia o maior número possível de estudantes com os recursos disponíveis.

Segundo Kowalski (2012, p. 97),

Mesmo o PNAES sendo um programa de âmbito nacional, cada IFES tem autonomia para utilizar seus recursos disponibilizados, conforme suas demandas, particularidades locais e especificidades regionais. O foco é contribuir de forma eficaz para que haja melhoria no

desempenho acadêmico do aluno, preferencialmente de baixa renda, para evitar e/ou diminuir consideravelmente os índices de repetência e evasão, uma vez que tal situação gera um alto custo para o governo e para a instituição como um todo.

As mudanças implementadas através da POLAE parecem ter criado critérios mais rígidos para a concessão dos auxílios. Embora tais ajustes pudessem ter sido motivados pela busca de uma maior equidade e eficiência na alocação e concessão de recursos, os efeitos observados sugerem que os novos critérios podem não ter acompanhado a realidade das necessidades dos estudantes, resultando em uma cobertura reduzida do programa e que pode, inadvertidamente, excluir estudantes vulneráveis.

Consoante a POLAE do IFTO, para a concessão dos auxílios, os estudantes passaram a ser classificados em três grupos de vulnerabilidade: alto (Grupo 3), médio (Grupo 2) e baixo (Grupo 1), baseados no grau de risco de não permanência na instituição devido a limitações financeiras, socioculturais e ambientais. O artigo 65 da POLAE especifica os valores de auxílio para cada grupo, que vão de 20% até 50% do salário mínimo vigente, além de prever um auxílio emergencial que pode chegar ao valor máximo de 150% do salário mínimo, distribuído de forma pontual, não podendo exceder três parcelas.

A adoção desses critérios resultou em um aumento na demanda reprimida por AE, com a porcentagem de estudantes elegíveis, mas não beneficiários, crescendo de 47% em 2020 para 61% em 2022. Isso demonstra que, mesmo com mais estudantes identificados como elegíveis em 2021, a efetiva concessão de auxílios não se expandiu proporcionalmente, sinalizando um desafio na capacidade de atendimento da política, apontando para a necessidade de potencial ampliação dos recursos destinados à AE. Tal medida se faz ainda mais premente em contextos de crise que ampliam a vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes e aumentam a demanda por suporte.

Neste contexto, Pereira e Silva (2023, p. 256) argumentam que “a limitação de recursos para o PNAES gerou o aumento do grau de seletividade dos estudantes candidatos aos benefícios da Política de Assistência Estudantil e o consequente aumento da focalização dos benefícios a públicos cada vez mais pobres”.

Essa situação expõe não apenas as dificuldades operacionais de adequação dos programas de assistência frente às dinâmicas socioeconômicas variáveis, mas também reflete sobre as implicações mais amplas para a equidade e o acesso à educação. A escassez na oferta de assistência pode agravar as dificuldades já

enfrentadas pelos estudantes vulneráveis, que, embora elegíveis, ficam sem o apoio necessário da AE, impactando diretamente sua capacidade de permanência e sucesso nos estudos. Tal cenário coloca em risco os objetivos fundamentais do programa de AE de promover o acesso e a conclusão educacional para um corpo discente diverso e, muitas vezes, marginalizado.

Diante desses desafios, torna-se imperativo adotar abordagens estratégicas para realinhar o programa, isso inclui a realização de avaliações detalhadas das necessidades dos estudantes e dos impactos das políticas implementadas, revisões periódicas dos critérios de elegibilidade e da eficácia na distribuição dos recursos, além de um aumento potencial no financiamento dedicado ao programa. Igualmente importante é o estabelecimento de mecanismos de monitoramento que permitam ajustes contínuos e responsivos às dinâmicas emergentes entre a população estudantil, garantido que nenhum estudante seja deixado para trás por limitações financeiras. Este é um passo crucial não apenas para o fortalecimento da equidade educacional, mas também para a promoção do desenvolvimento social e econômico mais amplo.

A seguir, será apresentado o detalhamento do tipo e o quantitativo de auxílios concedidos pela AE do CAFA, permitindo observar mudanças nas prioridades, na quantidade e nos tipos de auxílios ofertados.

Tabela 4 – Quantitativo de auxílios concedidos por tipologia

(Continua)

Tipos de Auxílios ofertados	2020	2021	2022
Auxílio Alimentação¹⁰	536	-	-
Auxílio Moradia¹¹	8	-	-
Auxílio Pais estudantes¹²	23	-	-
Auxílio Emergencial Covid-19¹³	83	-	-
Kit Alimentar¹⁴	167	-	-
Auxílio Emergencial¹⁵	12	16	10

¹⁰Auxílio Alimentação: Auxílio financeiro para a refeição diária, durante o semestre letivo.

¹¹Auxílio Moradia: consiste na concessão de auxílio para contribuir com despesas mensais referentes à moradia a estudantes oriundos de outros Municípios ou da zona rural do Município onde o *campus* se situa.

¹²Auxílio Pais-Estudantes: concedido ao pai ou mãe estudante auxílio para complementar as despesas com filho de até 12 anos incompletos ou com deficiência independentemente da idade, que necessite de creche ou cuidador, durante o horário de aula.

¹³Auxílio-Emergencial Covid-19: é uma modalidade prevista no Art. 39 do Regulamento da Assistência Estudantil e consiste em um fundo financeiro concedido a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que passam por situações emergenciais, a exemplo de desemprego, problemas de saúde, violência doméstica, entre outros, concedidos conforme prévia avaliação.

¹⁴Kit Alimentar: destinado aos discentes que apresentem necessidade de segurança alimentar.

¹⁵Auxílio Emergencial: auxílio financeiro concedido aos estudantes em situação de vulnerabilidade que passam por problemas circunstanciais, a exemplo de desemprego durante o período em que está

Tabela 4 – Quantitativo de auxílios concedidos por tipologia

(Conclusão)			
Tipos de Auxílios ofertados	2020	2021	2022
Grupo 1 ¹⁶	-	353	307
Grupo 2 ¹⁷	-	109	16
Grupo 3 ¹⁸	-	43	20
Subsídio em Refeitório ¹⁹	-	-	68
Total	829	521	421

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SAE do IFTO, *Campus Avançado Formoso do Araguaia*.

O panorama de auxílios concedidos demonstra uma adaptação significativa às necessidades dos estudantes e aos desafios contextuais, visando garantir a segurança alimentar e o suporte emergencial aos estudantes afetados. Em 2020, foi disponibilizada uma ampla gama de auxílios, especialmente voltados para o suporte alimentar. Isto é evidenciado pela alta quantidade de auxílios alimentação e kits alimentares distribuídos, além da criação do auxílio emergencial Covid-19.

Com a reestruturação da POLAE, em 2021, observou-se que houve a implementação da reestruturação dos auxílios, que passaram a ser agrupados em três categorias de vulnerabilidade (Grupos 1, 2 e 3), além da manutenção do auxílio emergencial, resultando em um total de 521 auxílios concedidos ao longo do ano.

Em 2022, a estratégia de AE continuou focada na classificação dos estudantes em grupos de vulnerabilidade e inovou ao implementar o subsídio em refeitório como uma modalidade adicional de apoio. Esse ano se caracterizou pela concessão de 421 auxílios, no entanto, é importante destacar que, apesar da introdução do subsídio em refeitório, essa oferta foi suspensa ainda no primeiro semestre, devido à rescisão contratual pela empresa responsável, vencedora do processo licitatório.

Essa interrupção levou à adaptação da forma de assistência aos estudantes impactados, que passaram a receber um valor adicional de R\$110,00 (cento e dez reais). Esse complemento foi adicionado ao auxílio financeiro que já recebiam, de acordo com a categoria de vulnerabilidade à qual pertenciam, de forma que fosse

estudando, problemas de saúde, violência doméstica, entre outros a serem analisados por meio de requerimento próprio disponível no Setor de Assistência Estudantil.

¹⁶Grupo 1: auxílio financeiro para estudantes com baixo grau de vulnerabilidade.

¹⁷Grupo 2: auxílio financeiro para estudantes com médio grau de vulnerabilidade.

¹⁸Grupo 3: auxílio financeiro para estudantes com alto grau de vulnerabilidade.

¹⁹Subsídio em Refeitório: refeição gratuita no refeitório do *Campus*.

assegurado que esse suporte aos estudantes permanecesse ininterrupto e efetivo, mesmo frente a desafios operacionais.

As próximas três tabelas visam ilustrar a variedade de combinações de auxílios financeiros fornecidos aos estudantes, bem como o número de beneficiários para cada uma dessas combinações, detalhado ano a ano. No total, 344 (trezentos e quarenta e quatro) estudantes foram beneficiados, distribuídos entre os diferentes programas oferecidos: 142 (cento e quarenta e dois) estavam matriculados no curso técnico com tipo de oferta concomitante, 151 (cento e cinquenta e um) no curso técnico integrado e 51 (cinquenta e um) eram do curso técnico com tipo de oferta subsequente.

Tabela 5 – Ocorrências por tipologia de auxílio - Edital 2020

Tipos de auxílios ofertados	Estudantes beneficiários	Total (%)
Alimentação	49	30,5%
Alimentação + Emergencial	01	0,6%
Alimentação + Emergencial + Emergencial Covid-19	04	2,5%
Alimentação + Emergencial Covid-19	60	37,3%
Alimentação + Emergencial + Kit Alimentar	02	1,2%
Alimentação + Emergencial Covid-19 + Kit Alimentar	08	5%
Alimentação + Kit Alimentar	27	16,8%
Emergencial Covid-19 + Kit Alimentar + Pais Estudantes	01	0,6%
Emergencial Covid-19 + Moradia	01	0,6%
Emergencial Covid-19 + Pais Estudantes	03	1,9%
Kit Alimentar	02	1,2%
Kit Alimentar + Pais Estudantes	02	1,2%
Kit Alimentar + Moradia	01	0,6%
Total	161	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SAE do IFTO, *Campus Avançado Formoso do Araguaia*.

No ano de 2020, a resposta imediata às condições de crise foi evidente, a Tabela 5 fornece um vislumbre das estratégias adotadas para atender às necessidades emergenciais dos estudantes em um ano marcado pela pandemia.

Observa-se que a assistência não foi uniforme, mas sim altamente personalizada, indicando um entendimento claro de que os estudantes enfrentavam desafios variados que exigiam uma combinação de suportes. A prevalência de auxílios relacionados à alimentação, seja através do auxílio-alimentação propriamente dito ou do kit alimentar, aponta para a segurança alimentar como uma preocupação central. Este foco não é surpreendente, dado o contexto global da época.

A inclusão de auxílios emergenciais, especificamente desenhados para responder à crise da Covid-19, além dos auxílios mais tradicionais, como moradia e

suporte para pais estudantes, destaca a sensibilidade da instituição às circunstâncias emergenciais. A variedade de combinações de auxílio, por exemplo, a combinação de “alimentação + emergencial Covid-19” e “alimentação + emergencial Covid-19 + kit alimentar”, sugere um esforço significativo para garantir uma abordagem abrangente na assistência aos estudantes, visando cobrir diferentes aspectos de suas necessidades básicas.

Na Tabela a seguir, é possível observar o resumo das ocorrências por tipologia de auxílios oferecidos em 2021.

Tabela 6 – Ocorrências por tipologia de auxílio - Edital 2021

Tipos de auxílios ofertados	Estudantes beneficiários	Total (%)
Grupo 1	61	63%
Grupo 2	17	18%
Grupo 3	07	7%
Emergencial	01	1%
Emergencial + Grupo 1	07	7%
Emergencial + Grupo 2	03	3%
Emergencial + Grupo 3	01	1%
Total	97	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SAE do IFTO, *Campus Avançado Formoso do Araguaia*.

Na análise da Tabela 6, que corresponde ao Edital de 2021, destaca-se uma mudança significativa no número de estudantes beneficiários em comparação ao ano anterior. Essa redução expressiva é um reflexo direto da alteração na política de concessão de auxílios, que passou a priorizar a qualidade em detrimento da quantidade de auxílios concedidos.

Anteriormente, a definição do valor e do tipo dos auxílios a serem ofertados em cada edital de seleção da AE era atribuída à Comissão Local de Assistência Estudantil, com a aprovação do gestor da unidade, considerando as orientações do regulamento vigente. No entanto, após a reestruturação da POLAE, a ênfase foi deslocada para assegurar que os auxílios oferecidos estivessem mais alinhados com as necessidades reais dos estudantes, visando contribuir significativamente para sua permanência, sucesso e bem-estar na unidade. Surge, portanto, a dúvida se essa reformulação não foi, de fato, excludente.

Ao segmentar os grupos de vulnerabilidade, apenas 40% dos estudantes elegíveis para a AE receberam auxílio financeiro. Essa abordagem mais seletiva indica uma tentativa de direcionar os recursos para os casos de maior necessidade,

buscando maximizar o impacto do programa. Contudo, ao mesmo tempo em que essa mudança pode ter beneficiado aqueles com maiores dificuldades, a redução da quantidade de auxílios disponíveis pode também ter excluído outros estudantes que, anteriormente, poderiam ter sido contemplados.

É importante ressaltar que, mesmo diante dessa mudança, a continuidade do auxílio emergencial foi mantida, oferecendo uma rede adicional de segurança para os estudantes que buscam por esse tipo de suporte, embora em uma escala mais modesta.

Tabela 7 – Ocorrências por tipologia de auxílio - Edital 2022

Tipos de auxílios ofertados	Estudantes beneficiários	Total (%)
Grupo 1	55	63,9%
Grupo 2	01	1,2%
Grupo 3	-	0%
Grupo 1 + Emergencial	06	7%
Grupo 1 + Emergencial + Subsídio em refeitório	01	1,2%
Grupo 1 + Subsídio em Refeitório	16	18,6%
Grupo 2 + Subsídio em Refeitório	02	2,3%
Grupo 3 + Emergencial + Subsídio em refeitório	02	2,3%
Grupo 3 + Subsídio em Refeitório	02	2,3%
Subsídio em Refeitório	01	1,2%
Total	86	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Setor de Assistência Estudantil do IFTO, *Campus Avançado Formoso do Araguaia*.

Os dados da Tabela 7 evidenciam que o edital de 2022 prosseguiu com a segmentação por grupos de vulnerabilidade para dar continuidade nas práticas de AE, marcadas pela busca de adaptabilidade. O foco contínuo no grupo 1 sugere a abrangência de um número maior de estudantes se considerarmos que esse é o de menor valor dentre os grupos. A ausência de estudantes no grupo 3 e a presença destes na combinação com outros auxílios indica que esses estudantes, mais vulneráveis, necessitam de um suporte financeiro maior.

Nota-se, ainda, que o quantitativo de estudantes beneficiários decresceu de maneira contínua durante o período que compreende esta pesquisa. A análise desses dados evidencia a complexidade na tomada de decisões relacionadas a AE, destacando a importância de uma abordagem dinâmica e adaptativa para assegurar que os recursos disponíveis sejam utilizados de forma eficiente para que as necessidades emergentes dos estudantes sejam prontamente atendidas.

O próximo item dessa seção de estudo é dedicado a apresentar os dados do perfil dos estudantes beneficiários.

5.1.2 Dados do perfil

O presente tópico pretende identificar o perfil socioeconômico dos estudantes que foram beneficiados com a AE, eixo de serviços essenciais, a fim de que se possa entender melhor as necessidades, os antecedentes e as condições socioeconômicas desses estudantes. A análise do perfil envolve a dimensão social a partir de alguns indicadores, como: classificação econômica, sexo biológico, cor da pele/raça, procedência escolar e composição familiar dos estudantes em questão.

Inicialmente trataremos da análise dos dados referentes à classificação econômica dos estudantes beneficiários.

Tabela 8 – Classificação econômica dos beneficiários

Renda familiar per capita (RFP)	2020	2021	2022	Total	Total (%)
0 < RFP <= 0,5	26	75	54	155	45%
0,5 < RFP <= 1,0	41	21	24	86	25%
1,0 < RFP <= 1,5	39	-	6	45	13%
1,5 < RFP <= 2,5	40	-	1	41	12%
2,5 < RFP <= 3,5	13	-	1	14	4%
RFP > 3,5	2	1	-	3	1%
Total	161	97	86	344	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SAE do IFTO, *Campus Avançado Formoso do Araguaia*

Entender a RFP das famílias dos estudantes participantes do PNAES é crucial para uma distribuição precisa dos recursos disponíveis, direcionando o apoio financeiro às necessidades mais prementes. A Tabela 8, que categoriza os estudantes beneficiários conforme a RFP, revela nuances significativas ao longo dos anos, uma vez que os dados demonstram que a maioria dos estudantes beneficiários enfrenta situações de vulnerabilidade.

No ano de 2020, a distribuição dos estudantes era relativamente equitativa em diferentes faixas de RFP, evidenciando uma presença diversificada em diversas condições socioeconômicas. A maioria estava na faixa de 1,5 a 2,5 salário mínimo, mas uma parcela significativa, 25%, situava-se na faixa mais vulnerável, com RFP entre 0 e 0,5 salário mínimo.

Já em 2021, ocorreu uma mudança drástica, com a maioria dos estudantes, 77%, concentrada na faixa RFP entre 0 e 0,5 salário mínimo. Essa alteração indica um aumento significativo na vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes

beneficiários, com somente um beneficiário com RFP superior a 3,5 salários mínimos²⁰, sinalizando uma concentração marcante na parcela mais vulnerável da população estudantil. No ano subsequente, em 2022, a concentração na faixa de RFP entre 0 e 0,5 salário mínimo persiste, representando 63% do total de estudantes. A notável redução nas faixas superiores sugere uma intensificação da vulnerabilidade e da desigualdade econômica acirrada pela crise sanitária que afetou fortemente a população assistida.

Ao analisar o período total, nota-se que a maioria dos estudantes beneficiários pertence a faixas de renda mais baixas. Esses dados destacam que a promoção da equidade se torna uma meta tangível quando se consideram informações sobre renda familiar no desenho de programas de AE.

Levando em consideração este aspecto da renda mais baixa, Yazbek (2011, p. 153) faz um paralelo com a pobreza, onde esta “[...] é uma categoria multidimensional e, como tal, se manifesta não apenas como falta de riqueza material, mas como uma categoria política que se traduz em falta de direitos, oportunidades, informações, possibilidades e esperanças”.

A pobreza, assim descrita, impede o pleno desenvolvimento de capacidades e a realização de potenciais, restringindo as trajetórias de vida e perpetuando ciclos de desvantagem e exclusão social. Portanto, essa visão ampliada da pobreza chama a atenção para a necessidade de políticas públicas e intervenções sociais que não se limitem a prover assistência material, mas que também promovam o empoderamento, a inclusão social e o acesso a direitos e oportunidades, combatendo a pobreza em todas as suas dimensões.

A fim de enriquecer a compreensão do perfil demográfico, a tabela a seguir realiza uma segmentação dos estudantes beneficiários com base no sexo biológico.

Tabela 9 – Sexo biológico dos beneficiários

Sexo biológico	2020	2021	2022	Total	Total (%)
Feminino	95	58	46	199	58%
Masculino	66	39	40	145	42%
Total	161	97	86	344	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Setor de Assistência Estudantil do IFTO, *Campus Avançado Formoso do Araguaia*.

²⁰Todos os estudantes inscritos no processo de seleção da AE, independentemente da RFP, passam por uma entrevista socioeconômica, conduzida por profissionais do serviço social. Com base na justificativa apresentada, na realidade familiar constatada e nos documentos fornecidos, os estudantes com RFP superior a 1,5 salário mínimo podem ou não ser contemplados com auxílios financeiros.

A análise da Tabela 9, que detalha a distribuição por sexo biológico dos estudantes beneficiários pela POLAE, destaca tendências significativas sobre a dinâmica de gênero dentro desse programa. Ao longo do triênio, observa-se uma marcante predominância de estudantes beneficiários do sexo feminino, excedendo a representatividade de estudantes do sexo masculino em 16%. Esse desequilíbrio sugere uma reflexão sobre os fatores sociais, econômicos e culturais que influenciam tal configuração.

O fenômeno da superioridade numérica de mulheres encontra eco em dados divulgados pelo IBGE, em 2022, que apontam para uma distribuição demográfica onde as mulheres representam 51,5% da população, em contraste com 48,5% de homens (IBGE, 2022).

Quanto à cor da pele/raça dos estudantes beneficiários, a Tabela 10 apresenta, de forma detalhada, essa distribuição.

Tabela 10 – Cor da pele/raça dos beneficiários

Cor da pele/Raça	2020	2021	2022	Total	Total (%)
Amarela	3	2	2	7	2%
Branca	20	6	15	41	12%
Indígena	1	-	-	1	0,3%
Parda	100	73	61	234	68%
Preta	20	11	7	38	11%
Não Declarada	17	5	1	23	6,7%
Total	161	97	86	344	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SAE do IFTO, *Campus* Avançado Formoso do Araguaia.

No tocante a cor da pele/raça, destaca-se que a maioria dos estudantes beneficiários, totalizando 68%, autodeclararam-se como pardos. Essa predominância não apenas espelha a diversidade demográfica do Brasil, onde, de acordo com dados do Censo de 2022 do IBGE, 45,3% da população brasileira identifica-se como parda, mas também evidencia as persistentes desigualdades raciais que permeiam a sociedade e que exercem impacto direto sobre o acesso e a permanência na educação (IBGE, 2002).

A realidade observada por Souza (2017, p. 110), resultou na constatação de que: “No Brasil, ainda que existam discursos em contrário, a origem social, de classe, gênero e cor, são fatores que exercem influências, muitas vezes, determinantes para o acesso escolar, em todos os níveis de ensino, e mesmo, posteriormente em postos de trabalho”.

Os dados adicionais indicam que os estudantes brancos e pretos compõem, respectivamente, 12% e 11% do grupo de beneficiários. Contrariamente, a participação de estudantes amarelos (2%) e, especialmente, indígenas (0,3%) é notavelmente baixa. Além disso, uma parcela significativa dos estudantes (6,7%) optou por não declarar sua cor da pele/raça. Essa escolha pode indicar uma complexidade na percepção da identidade racial ou uma relutância em se adequar em rótulos predefinidos, revelando assim a fluidez e subjetividade presentes nesse aspecto da identidade.

Diante desses dados, entendemos que, para promover um espaço de equidade e inclusão dentro e fora do ambiente escolar, é fundamental abordar o letramento racial. Isso fomenta a conscientização e a ação para a transformação social.

Considerando a localização do CAFA e o número de população indígena nesse território, o acesso desse público a essa unidade de ensino ainda é pequeno. Atualmente, a população indígena do IFTO é contabilizada dentro das cotas destinadas aos estudantes negros das escolas urbanas, o que reflete a insuficiência das políticas de inclusão para esses grupos específicos. No âmbito da POLAE, esse acesso também permanece limitado, evidenciando a necessidade de medidas mais abrangentes e específicas para atender a essas comunidades.

Se observarmos os dados da PNP, em 2020, dos 280 estudantes matriculados, apenas 2,8% eram indígenas. Em 2021, dos 278 matriculados, apenas 0,4% eram indígenas e, em 2022, dos 275 matriculados, esse número representava 0,7%. No que se refere à AE, durante o recorte da pesquisa apenas um estudante indígena foi beneficiado pelo eixo de serviços essenciais.

De acordo com os dados Censo do IBGE de 2022, a população de cor ou raça indígena do município de Formoso do Araguaia totalizava 1.548 pessoas. A presença mínima de estudantes indígenas no campus é resultado de uma política de acesso que não está plenamente adequada às particularidades e demandas dos povos indígenas, exigindo uma revisão e ampliação das estratégias de inclusão. Esses dados indicam um grande gargalo no atendimento a esse público.

Pinto (2015, p. 28) argumenta que, diante da intrincada relação entre pobreza e desigualdade social no Brasil, a Assistência Estudantil emerge como: “Uma política inclusiva, na medida em que pode atuar no sentido de ampliar as oportunidades de permanência de grupos historicamente discriminados por questões de cor/raça”.

Com o intuito de compreender o contexto educacional anterior dos estudantes beneficiários, a tabela subsequente fornece dados sobre a procedência escolar destes.

Tabela 11 – Procedência escolar dos beneficiários

Procedência escolar	2020	2021	2022	Total	Total (%)
Pública	150	96	84	330	95,9%
Particular	6	1	2	9	2,6%
Não Informada	5	-	-	5	1,5%
Total	161	97	86	344	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SAE do IFTO, *Campus Avançado Formoso do Araguaia*.

Ao compreender a procedência escolar dos beneficiários, é possível contextualizar melhor o perfil educacional e socioeconômico. A Tabela 11 destaca que a grande maioria dos estudantes beneficiários provém de instituições de ensino público, representando expressivos 95,9% do total. Essa predominância sugere que a política tem cumprido efetivamente sua missão de atender aqueles em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, frequentemente associada a escolas públicas.

Em contraste, a participação de estudantes provenientes de instituições de ensino particular é consideravelmente inferior, correspondendo a apenas 2,6% do total. Além disso, a ocorrência de casos em que a informação sobre a procedência escolar não foi fornecida é relativamente baixa, representando 1,5% do total. Esses dados sugerem uma boa adesão por parte dos estudantes beneficiários ao fornecimento de informações, fortalecendo a confiabilidade dos resultados obtidos.

Para aprofundar ainda mais a análise do perfil, buscou-se identificar a composição familiar dos estudantes beneficiários, conforme retratado na Tabela 12. Essa abordagem visa proporcionar uma compreensão mais abrangente das circunstâncias socioeconômicas dos beneficiários da política.

Tabela 12 – Composição familiar dos beneficiários

Quantidade de membros na família	2020	2021	2022	Total	Total (%)
1 a 2	23	11	18	52	15%
3 a 4	107	67	45	219	64%
5 a 8	31	19	23	73	21%
Total	161	97	86	344	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SAE do IFTO, *Campus Avançado Formoso do Araguaia*.

A distribuição do número de membros nas famílias dos estudantes beneficiários revela uma variedade na estrutura familiar. A maioria das famílias, representando 64%

do total, tem entre 3 e 4 membros, indicando que a maioria dos estudantes beneficiários pertence a famílias de tamanho médio. Essa observação sugere que a RFP e as dinâmicas socioeconômicas dessas famílias podem ser influenciadas por esse contexto familiar.

No entanto, é importante notar que uma parcela considerável de famílias, cerca de 15%, é composta por apenas 1 ou 2 membros, enquanto outras, representando 21%, têm entre 5 e 8 membros. Isso evidencia uma heterogeneidade na estrutura familiar dos estudantes beneficiários, contribuindo para a variedade de contextos familiares abrangidos pela POLAE.

Ao considerar as características específicas de cada núcleo familiar dos estudantes beneficiários pela POLAE, reconhece-se que a quantidade de membros na família desempenha um papel significativo na orientação de intervenções e apoios, possibilitando uma abordagem mais precisa e adaptada às necessidades individuais de cada família. Essa compreensão detalhada é crucial para assegurar que as políticas de AE atendam de maneira eficaz às diversificadas realidades familiares dos beneficiários.

A seguir, procederemos à análise do último item de estudo desta seção que diz respeito aos dados do desempenho escolar dos estudantes beneficiários. Entendemos que essa análise é essencial para garantir que os programas de apoio sejam eficazes, adaptáveis e capazes de promover o sucesso educacional dos estudantes.

5.1.3 Dados do desempenho escolar

O monitoramento do progresso escolar dos estudantes beneficiários pela POLAE, eixo de serviços essenciais, proporciona uma avaliação do impacto das intervenções e apoios oferecidos. Ao considerar esses resultados, abre-se espaço para a realização de ajustes e o aprimoramento contínuo da política de AE. Essa abordagem visa assegurar que a assistência esteja alinhada com os objetivos educacionais mais amplos estabelecidos, permitindo a implementação de medidas preventivas em situações de risco.

Dessa forma, a análise do desempenho escolar vai além do simples verificar das notas e do progresso acadêmico dos estudantes, mas também serve como guia constante para a tomada de decisões que objetivam um processo contínuo e adaptativo de avaliação que busca entender não apenas onde os alunos estão em termos de aprendizado, mas também identificar os desafios e as barreiras que enfrentam.

Ao informar e ajustar as estratégias de ensino, as intervenções de apoio ao aluno e as políticas educacionais, essa análise permite responder às necessidades em constante mudança dos estudantes. Por exemplo, se uma análise revelar que um grupo significativo de estudantes beneficiários está enfrentando dificuldades em uma disciplina específica, a unidade pode optar por implementar programas de tutoria, revisar o currículo da disciplina ou oferecer formação adicional aos professores.

Portanto, essa abordagem proativa, baseada em evidências, contribui para resultados mais efetivos e favoráveis aos estudantes, permitindo ajustes em tempo real e a adoção de estratégias personalizadas que atendam às suas necessidades individuais. A análise do desempenho não é apenas um exercício de coleta de dados, mas sim um instrumento valioso para promover um ambiente de aprendizagem adaptável, que responde às demandas educacionais em constante evolução, garantindo que as intervenções sejam relevantes e eficazes ao longo do tempo.

A seguir, é realizada uma análise comparativa focada em aprovações, reprovações, casos de abandono e transferências entre os estudantes beneficiários pela POLAE, eixo de serviços essenciais, e pretende oferecer um cenário detalhado desses dados durante o período pandêmico.

Tabela 13 – Desempenho escolar dos beneficiários por tipo de oferta Concomitante, Integrado e Subsequente - 2020

Total	83	28	50	-
--------------	-----------	-----------	-----------	----------

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SAE do IFTO, *Campus Avançado Formoso do Araguaia*.

Tabela 14 – Desempenho escolar dos beneficiários por tipo de oferta Concomitante, Integrado e Subsequente - 2021

Total	74	17	4	2
--------------	-----------	-----------	----------	----------

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SAE do IFTO, *Campus Avançado Formoso do Araguaia*.

Tabela 15 – Desempenho escolar dos beneficiários por tipo de oferta Concomitante,

Total	79	2	1	4
-------	----	---	---	---

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SAE do IFTO, *Campus* Avançado Formoso do Araguaia.

Em um contexto em que o cenário educacional passou por transformações, tanto instituições quanto estudantes tiveram que demonstrar agilidade e eficácia na adaptação. As tabelas fornecem uma visão detalhada do desempenho escolar dos estudantes beneficiários, categorizando-os por tipo de oferta.

No ano de 2020, registrou-se um alto número de reprovações entre os estudantes beneficiários, atingindo um total de 28 casos, ou seja, 17,4% do corpo estudantil beneficiado. Esse índice elevado pode ser atribuído ao súbito e desafiador salto para o modelo de ensino remoto, o qual se mostrou particularmente complicado para estudantes desprovidos da infraestrutura ou do apoio necessário para se adaptarem a essa nova realidade educacional. No ano subsequente, 2021, notou-se uma aparente estabilização nos índices de aprovação, acompanhada por uma redução no número absoluto de reprovações para 17. Contudo, uma análise mais detalhada revela um paradoxo, onde o percentual de reprovações, na verdade, sofreu um leve incremento, alcançando 17,5%. Já em 2022, com a reabilitação do ensino presencial, observou-se uma notável queda nas reprovações, que diminuíram para apenas 2 casos entre os estudantes sob a tutela da AE, representando em 2,3% do total de estudantes beneficiários. Esse dado sugere uma adaptação bem-sucedida ao retorno das atividades presenciais e uma possível melhoria nas condições de aprendizado e suporte aos estudantes.

Ao categorizar os resultados por cursos técnicos e tipo de oferta, as tabelas revelam como distintos programas educacionais perpassaram por realidades variadas. Notavelmente, os cursos técnicos subsequentes em Agricultura e Informática apresentaram taxas de reprovação preocupantes. No curso de Agricultura, no ano de 2020, de um total de 30 estudantes beneficiários, 20 não obtiveram aprovação, enquanto no curso de Informática, 3 dos 5 estudantes enfrentaram a reprovação. Esses

dados iluminam os desafios particulares enfrentados por esses programas, lançando luz sobre os obstáculos específicos enfrentados por esse grupo de estudantes que buscam uma qualificação técnica após já terem concluído o ensino médio.

A análise dos dados sobre a evasão escolar nos cursos técnicos, conforme divulgado pela PNP, revela uma situação alarmante no CAFA, especialmente quando contrastada com a média nacional. Em 2020, enquanto a taxa nacional de evasão nos cursos técnicos era de 10,4%, o *campus* registrou índice de 36,8%, significando que dos 280 estudantes matriculados, 103 deixaram seus cursos. Esse percentual foi significativamente superior à média nacional, apontando para desafios únicos enfrentados pelo *campus* em reter seus estudantes.

Em 2021, observa-se uma melhoria significativa, reduzindo a taxa de evasão para 12,6%, ainda assim superior à média nacional de 8,8%. Contudo, em 2022, a taxa de evasão nacional aumentou para 16,1%, enquanto o *campus* viu uma escalada preocupante para 55,6%, mais do que triplicando a média nacional.

O significativo aumento da evasão escolar durante o período pandêmico sublinha a urgência em abordar esse desafio, ampliando fatores como dificuldades individuais, tais como problemas de saúde mental, dificuldades de aprendizagem ou falta de motivação, restrições familiares, incluindo o desemprego, redução de renda, que pode ter forçado os estudantes a deixarem a escola para procurar trabalho ou até mesmo a perda de entes queridos devido à Covid-19, obstáculos socioeconômicos, que afetaram desproporcionalmente as comunidades mais vulneráveis e ainda a limitações institucionais, que contribuíram para taxas mais altas de evasão escolar. Contudo, uma revisão da literatura acadêmica atual destaca uma notável escassez de estudos focados nas dinâmicas da evasão em momentos de crise global.

Esta lacuna no conhecimento impede a compreensão completa das raízes e dos efeitos amplos da evasão, complicando o desenvolvimento e a aplicação de políticas educacionais efetivas e intervenções direcionadas. Nesse sentido, a identificação de estratégias baseadas em evidências, focadas em sustentar a participação dos estudantes e adaptar as práticas educacionais às suas necessidades, surge como imperativa para mitigar esses impactos adversos.

Ao compararmos as taxas de evasão entre estudantes beneficiários pela AE ao longo dos três anos nota-se que a evasão que em 2020 foi de 31%, teve um declínio para um pouco mais de 4% no ano seguinte e diminuiu ainda mais em 2022, onde constatou-se que apenas 1,2% dos estudantes beneficiários evadiram. A análise

acumulada dos três anos mostra uma taxa de evasão no CAFA de 6,6% para estudantes beneficiários. Essa constatação evidencia o impacto significativo da AE na redução da evasão escolar, destacando-se como um mecanismo vital para sustentar a permanência estudantil. Portanto, a ampliação e o fortalecimento das políticas de AE emergem como medidas estratégicas essenciais para enfrentar a problemática da evasão e promover o sucesso acadêmico e o bem-estar dos estudantes, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades socioeconômicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou apreender o alcance da política de assistência estudantil do IFTO, eixo de serviços essenciais, especificamente no Campus Avançado Formoso do Araguaia durante o período pandêmico de 2020 a 2022. As metas específicas incluíram entender a distribuição e alocação dos recursos do PNAES, quantificar a demanda potencial da AE, identificar o nível socioeconômico dos estudantes beneficiários, coletar dados sobre aprovação, reprovação, transferência e abandono escolar, e analisar o desempenho escolar destes estudantes. Além disso, o estudo visou desenvolver um instrumento de divulgação anual sobre a execução financeira da POLAE e o desempenho escolar dos estudantes beneficiários, visando clarificar essas informações para gestores, estudantes e outros interessados.

A teoria do materialismo histórico-dialético fornece uma estrutura poderosa para analisar e compreender como as condições materiais e econômicas moldam a sociedade. Aplicando essa teoria ao estudo da política de AE, foi possível obter uma visão mais clara de como essas políticas impactam a vida dos estudantes, promovem a igualdade e contribuem para a transformação social. Essa abordagem teórica permitiu observar que as condições materiais e econômicas são fundamentais para a estruturação da sociedade e que a distribuição dos recursos impacta diretamente todos os outros aspectos da vida social, facilitando o desenvolvimento e as transformações sociais ao longo do tempo. Muitas dessas transformações emergem das lutas de classes, que são o motor da mudança histórica. Na prática, isso quer dizer que mudanças significativas na sociedade são alcançadas através da transformação das relações econômicas e das estruturas de poder.

Nesse sentido, a POLAE busca melhorar as condições socioeconômicas dos estudantes vulneráveis, proporcionando auxílio financeiro com vistas a reduzir as barreiras econômicas que impedem o acesso a permanência na educação. Com melhores condições de vida, esses estudantes têm maior chance de sucesso escolar e participam mais ativamente das atividades acadêmicas e sociais.

O estudo em questão proporcionou o entendimento detalhado e reflexivo da execução financeira da POLAE, especialmente no eixo de serviços essenciais, e do impacto no desempenho escolar dos estudantes beneficiários do CAFA. Os dados evidenciaram que os recursos financeiros alocados à POLAE não acompanharam proporcionalmente o aumento do número de estudantes em situação de vulnerabilidade

socioeconômica. Em 2021, houve um corte superior a um milhão de reais nos fundos federais destinados ao PNAES do IFTO, afetando todas as suas unidades.

A reestruturação da POLAE no IFTO, que prioriza a qualidade em detrimento da quantidade de auxílios ofertados, resultou na redução da cobertura do programa a partir de 2021 e excluiu estudantes vulneráveis, aumentando a demanda reprimida por AE. Para que a política de AE seja efetiva, é essencial reconhecer o perfil dos estudantes matriculados na instituição e alocar recursos suficientes para atender a todos os necessitados. Definir um valor específico que obriga a exclusão de parte dos estudantes vulneráveis resulta em injustiças, agrava a desigualdade social, diminui a taxa de sucesso acadêmico e aumenta significativamente as taxas de evasão e retenção escolar. Isso compromete a equidade e a eficácia do programa, prejudicando não apenas os estudantes diretamente afetados, mas também o desenvolvimento educacional e social como um todo. Garantir que todos os estudantes em situação de vulnerabilidade tenham acesso à assistência necessária é fundamental para promover um ambiente educacional equitativo e inclusivo, onde cada indivíduo tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

Observou-se que, mesmo com a elegibilidade, a participação de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nos processos seletivos da AE não foi total. Em 2021, foi registrada uma diminuição nas inscrições em comparação com o ano anterior e o subsequente. A maioria dos selecionados em 2021 foi contemplada com o grupo de menor vulnerabilidade, provavelmente devido a este ter o menor valor do auxílio financeiro, o que permite o atendimento de um número maior de estudantes. Os dados também mostraram que os auxílios concedidos a estudantes classificados como de alta vulnerabilidade frequentemente se combinam com outros tipos de suporte, refletindo a profunda necessidade financeira dos mais vulneráveis.

A análise sobre a renda familiar per capita dos estudantes beneficiários revelou que a maioria enfrentou vulnerabilidade social agravada durante o período crítico da pandemia. Em 2021, setenta e sete por cento dos beneficiários tinha a renda familiar de até meio salário mínimo. Embora essa proporção tenha diminuído em 2022, ainda representa um grande segmento dos estudantes, dos quais apenas quarenta por cento foram efetivamente contemplados pela AE. A maioria dos beneficiados vem de escolas públicas, são do sexo feminino, fazem parte de famílias de tamanho médio, com três a quatro membros, e é alta a proporção de indivíduos que se autodeclararam pretos ou pardos, refletindo desigualdades raciais persistentes que afetam o acesso

e a permanência educacional o que evidencia a necessidade de políticas de AE que sejam sensíveis às diversas configurações familiares.

Os dados de 2020 mostram altas taxas de reprovação e evasão, que podem ser atribuídas à transição abrupta para o ensino remoto, que desafiou a adaptação dos estudantes ao novo modelo educacional imposto. No caso específico da evasão, acredita-se que a pandemia exacerbou uma série de problemas individuais, familiares, socioeconômicos e institucionais que juntos contribuíram para um aumento significativo da evasão escolar. Com o retorno ao ensino presencial em 2022, observou-se uma melhora nas taxas de aprovação e uma redução nas taxas de reprovação e evasão, destacando o valor das interações presenciais e a importância que essa política tem como uma possibilidade de acesso, permanência e êxito.

De forma geral, os achados desta pesquisa corroboram com os resultados de estudos já realizados nos últimos cinco anos e que serviram para enriquecer nosso estudo. Mostraram ainda que o CAFA executa o PNAES conforme o estabelecido no Decreto n.º 7.234/2010 e na POLAE do IFTO, e que o período de 2020 a 2022 foi marcado por uma jornada de adaptação, resiliência e melhoria contínua.

Contudo, torna-se essencial conduzir estudos mais amplos e detalhados sobre o impacto da utilização de recursos públicos nas diferentes ações implementadas. Isso inclui uma análise contínua das variáveis que comprometem o acesso, a permanência, o desempenho e o bem-estar dos estudantes. Além disso, é importante considerar integralmente o suporte à permanência, abordando a inter-relação entre as dimensões pedagógica, social, sanitária, cultural e ambiental. Essa abordagem holística é crucial para fomentar processos educativos que não apenas formem, mas também transformem realidades. Isso se alinha com os objetivos do PNAES de democratizar o acesso, promover a ampliação da permanência e garantir o sucesso acadêmico de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A defesa e a implementação efetiva do PNAES são emblemáticas das lutas por uma sociedade mais justa e igualitária, onde o acesso à educação de qualidade não seja um privilégio, mas um direito assegurado a todos. Assim, o PNAES não apenas promove a AE, mas se insere como peça-chave nas dinâmicas de transformação social, refletindo as contínuas lutas por justiça social e equidade no Brasil.

Por fim, gostaríamos de sugerir ao SAE do CAFA a elaboração de uma cartilha didático-pedagógica de natureza informativa voltada aos estudantes ingressantes. Essa cartilha teria como objetivo apresentar de forma detalhada a POLAE do IFTO,

proporcionando um entendimento minucioso sobre os direitos e benefícios disponíveis, além de explicar claramente o fluxo e os critérios para participar dos processos de seleção da AE. A cartilha deve incluir informações sobre o que é um edital de seleção, a importância da AE, as etapas do processo de inscrição, os documentos necessários, os prazos e as formas de acompanhamento dos resultados, e ainda esclarecer dúvidas frequentes. Com essa ferramenta, busca-se facilitar o acesso à informação e assegurar que todos os estudantes vulneráveis possam usufruir plenamente dos programas de AE oferecidos pelo IFTO.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. [Brasília]:

ANDIFES, 2001. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf. Acesso em: 12 nov. 2023.

ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

BATISTA, Maria do Carmo de Souza; SILVA, Lázara Cristina da. Políticas de permanência estudantil na Universidade Federal do Piauí: aspectos de sua operacionalização. **Revista de Educação Pública**, v. 30, p. 1-23, jan./dez. 2021. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/8198/8076>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Atualizada até a EC n. 132/2023. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023. *E-book* (264 p.).

Disponível em:

<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. Rio de Janeiro: Assembleia Nacional Constituinte, 1946.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Rio de Janeiro: Assembleia Nacional Constituinte, 1937.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Rio de Janeiro: Assembleia Nacional Constituinte, 1934.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm#:~:text=Constitui%C3%A7%C3%A3o34&text=Art%201%C2%BA%20%2D%20A%20Na%C3%A7%C3%A3o%20brasileira,15%20de%20novembro%20de%201889. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**: seção 1,

Brasília, 20 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931. [...] Estatuto das Universidades Brasileiras. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, p. 5800, 15 abr. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 out. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos estados da República escolas de aprendizes artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 450-452, 1913.

BRASIL. Lei n.º 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 7, 12 dez. 2019. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.camara.leg.br). Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.005%2C%20DE%2025,Art. Acesso em: 01 fev. 2023.

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 17 jul. 2008b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em: 22 set. 2023.

BRASIL. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 6377, 12 ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 fev. 2023.

BRASIL. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 11429, 27 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 fev. 2023.

BRASIL. Portaria Normativa n.º 4, de 06 de janeiro de 2009. Estabelece a relação dos *campi* que passarão a compor cada um dos Institutos Federais de Educação,

Ciência e Tecnologia, criados pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 4, p. 130, 7 jan. 2009. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/01/2009&jornal=1&pagina=130&totalArquivos=168>. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. Portaria n.º 1, de 3 de janeiro de 2018. Institui a Plataforma Nilo Peçanha - PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia - REVALIDE. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 3, p. 10, 04 jan. 2018. Disponível em:

https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1590412/do1-2018-01-04-portaria-n-1-de-3-de-janeiro-de-2018-1590408. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. Portaria n.º 389, de 23 de março de 2017. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 58, p. 61, 24 mar. 2017a. Disponível em:

<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-389-2017-03-23.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2024.

BRASIL. Portaria n.º 27, de 21 de janeiro de 2015. Dispõe sobre a autorização de funcionamento das unidades que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, autorização de funcionamento da unidade do CEFET-MG e atualiza relação de câmpus integrantes da estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 15, p. 8, 22 jan. 2015. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=22/01/2015&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=112>. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. Portaria n.º 505 de 10 de junho de 2014. Altera a Portaria n.º 331, de 24 de abril de 2013, do Ministério da Educação. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 110, p. 16, 11 jun. 2014b. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/06/2014&jornal=1&pagina=16&totalArquivos=88>. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. Portaria n.º 1.291, de 30 de dezembro de 2013. Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 253, p. 10, 31 dez. 2013. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/41001-por-1291-2013-393-2016-setec-pdf/file>. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n.º 7, de 11 de dezembro de 2017b. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 21, 12 dez. 2017. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2017-pdf/78281-rces007-17-pdf/file>. Acesso em: 28 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa n.º 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. [Brasília: Ministério da Educação, 2007]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 01 fev. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Atualizada até março de 2017. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas, 2017c. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bas es_1ed.pdf. Acesso em: 02 fev. 2023.

CARVALHO, Doracy Dias Aguiar de. **Participação democrática discente na gestão da assistência estudantil das IFES brasileiras: limites e desafios**, 2022. 382 f. Tese (Doutorado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: 2022_DoracyDiasAguardeCarvalho.pdf (unb.br). Acesso em: 15 abr. 2024.

CESPEDES, Juliana Garcia *et al.* Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 113, p. 1067-1091, out. 2021. Disponível em: <SciELO - Brasil - Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo>. Acesso em: 15 mar. 2024.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, 2003. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6509>. Acesso em: 25 jan. 2024.

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística fácil**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1995. 134 p.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **II Pesquisa Nacional do Perfil das Instituições Federais do Ensino Superior para a Assistência Estudantil de 2004**: um mapeamento de capacidades e instrumentos. Brasília: ANDIFES, 2018.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **FONAPRACE**: revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. [Brasília]: ANDIFES; [Uberlândia]: UFU, PROEX, 2012. Disponível em: http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/1_fc3b3rum-nacional-dos-prc3b3-reitores-de-assuntos-estudantis-e-comunitc3a1rios-25-anos3.pdf. Acesso em: 12 nov. 2023.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS ESTUDANTIS. **Revista FONAPRACE**: 20 anos. Brasília: Fonaprace, 2008.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002. Apostila. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARRAFA, Thais; SETUBAL, Maria Alice. Educação de qualidade e superação da pobreza. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 jul. 2008. Postagem no Centro de Referência em Educação Mario Covas. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/noticia.php?it=11202>. Acesso em: 25 jan. 2024.

IBGE. **Panorama do Censo no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

IFTO. **Resolução n.º 24/2020/CONSUP/IFTO, de 13 de agosto de 2020**. Dispõe sobre a reformulação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins e dá outras providências. Palmas, TO: IFTO, Conselho Superior, 2020.

IFTO. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFTO (PDI 2020-2024)**. [Palmas, TO]: IFTO, 2019. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/planos/pdi/pdi-ifto-2020-2024.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

IFTO. **Resolução n.º 22/2014/CONSUP/IFTO, de 8 de agosto de 2014**. Dispõe sobre a implantação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFTO e dá outras providências. Palmas, TO: IFTO, Conselho Superior, 2014.

IFTO. **Resolução n.º 04/2011/CONSUP/IFTO, de 30 de junho de 2011**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Assistência ao Estudante no âmbito do IFTO. Palmas, TO: IFTO, Conselho Superior, 2011.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 mar. 2024.

JULIÃO, Cassiano Roberto Ferreira; PEREIRA, Luiz Ismael; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. O impacto do programa nacional de assistência estudantil no desempenho dos discentes brasileiros de baixa renda. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 203-225, jan./abr. 2022. Disponível em: [Vista do O impacto do programa nacional de assistência estudantil no desempenho dos discentes brasileiros de baixa renda \(ufsc.br\)](http://vista.do.impacto.do.programa.nacional.de.assistencia.estudantil.no.desempenho.dos.discentes.brasileiros.de.baixa.renda.ufsc.br). Acesso em: 15 mar. 2024.

KIPNIS, Beatriz. **Linhas do tempo**: educação no Brasil: as principais políticas públicas das últimas três décadas. São Paulo: Fundação FHC, 2021. Disponível em: https://fundacaoofhc.org.br/linhasdotempo/educacao/?psafe_param=1&gclid=Cj0KCQj

w1aOpBhCOARIsACXYv-e6cDeGp7-YreV-d8d1LXiH3xcA2WM8RMzl5p-QIQnrsOKofUHHKJlaAo4bEALw_wcB. Acesso em: 15 out. 2023.

KOWALSKI, Aline. Viero. **Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**, 2012. 180 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5137/1/000438212-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

MARX, Karl. Posfácio à segunda edição alemã do primeiro tomo de O Capital. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Frederic. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [1986?]. v. 2, p. 11-16.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da educação no Brasil**. Coordenação de Cassandra Ribeiro Joye. 2. ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012. 95 p. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/207142/2/Historia%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

MENEZES, Abel Smith *et al.* Programa Nacional de Assistência Estudantil e desempenho acadêmico: evidências empíricas, diferentes reflexões. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 91-113, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/92562/53336>. Acesso em: 15 mar. 2024.

NASCIMENTO, Clara Martins. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000**. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Pós-graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11438/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Clara%20Martins%20do%20Nascimento.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

NUNES, Roseli Souza dos Reis; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. A assistência estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso: aspectos socioeconômicos de estudantes beneficiados. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR, 24., 2016, Maringá, MG. **Anais** [...]. Maringá, MG: Universidade Estadual de Maringá, 2016. Disponível em: <https://silo.tips/download/a-assistencia-estudantil-na-universidade-federal-de-mato-grosso-aspectos-socioec>. Acesso em: 27 jan. 2024.

PEREIRA, Tulyana Coutinho Bento; SILVA, Maria do Rosário de Fátima. Assistência Estudantil e Democratização da Educação no Brasil e no IFPI. **Revista FSA**, Teresina, PI, v. 20, n. 6, p. 236-262, jun. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.12819/2023.20.6.11>

PINTO, Giselle. **A política de assistência estudantil da UFF em duas faces: a institucionalidade dos processos e as perspectivas da demanda estudantil**. 2015. 266 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em

Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1111921_2015_completo.pdf. Acesso em: 09 abr. 2024.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009. 130 p. Disponível em: <https://acervo.cead.ufv.br/conteudo/pdf/Apostila%20-%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Maria%20das%20Gra%C3%A7as%20Rua%202009.pdf?dl=0>. Acesso em: 29 out. 2023.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. 169 p.

SILVA, Luciana Sampaio da; NUNES, Rogério da Silva; PACHECO, Andressa Sasaki Vasques. Mecanismos de avaliação das políticas de assistência estudantil utilizados pelas Universidades Federais a partir do PNAES. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, SP, v. 18, n. 00, p. e023116, 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i00.16708. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16708>. Acesso em: 5 mar. 2024.

SILVEIRA, Míriam Moreira. **A assistência estudantil no ensino superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, 2012. Disponível em: [MIRIAM.SILVEIRA_A-Assistencia-Estudantil-no-Ensino-Superior---uma-analise-sobre-as-politicas-de-permanencia-das-universidades-federais-brasileiras.pdf](https://ucpel.edu.br/MIRIAM.SILVEIRA_A-Assistencia-Estudantil-no-Ensino-Superior---uma-analise-sobre-as-politicas-de-permanencia-das-universidades-federais-brasileiras.pdf) (ucpel.edu.br). Acesso em: 15 out 2023.

SOUZA, Jacqueline Domienne Almeida de. **Na travessia**: assistência estudantil da educação profissional. As interfaces das políticas de assistência social e educação. 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: [2017_JacquelineDomienneAlmeidadeSouza.pdf](https://unb.br/2017_JacquelineDomienneAlmeidadeSouza.pdf) (unb.br). Acesso em: 08 abr. 2024.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e pobreza. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 153-154, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/n5fRj6CbctszWbsnzvNyVpc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Edição Especial do Boletim Informativo da Assistência Estudantil do Campus Avançado Formoso do Araguaia, do IFTO - 2020, 2021 e 2022

BOLETIM INFORMATIVO ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA

EDIÇÃO ESPECIAL - JULHO DE 2024



Cara Comunidade Escolar,

Este Boletim Informativo é uma produção especial do Setor de Assistência Estudantil do Campus Avançado Formoso do Araguaia e tem como finalidade informá-los sobre a execução financeira da Política de Assistência Estudantil e o desempenho escolar dos estudantes beneficiários do Eixo de Serviços Essenciais no Campus Formoso no período pandêmico de Covid-19, de 2020 a 2022. Divulga ainda algumas informações importantes e necessárias acerca da Assistência Estudantil.

Cordial abraço,

Maria Simone Bottega
Técnica em Assuntos Educacionais

É IMPORTANTE SABER...

PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

- O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal com abrangência aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades.
- O público-alvo da Assistência Estudantil no Campus Formoso são os estudantes regularmente matriculados e frequentes dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, priorizando àqueles que estão em situação de maior vulnerabilidades sociais e econômicas.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFTO

- A Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) é regulamentada pela Resolução nº 24/2020/CONSUP/IFTO, de 13 de agosto de 2020, a qual institui a Política de Assistência Estudantil (POLAE) no âmbito desta instituição.
- “Entende-se por POLAE o modelo organizacional com conjunto de princípios e diretrizes que estabelecem normas gerais, critérios, organização, competências, modo de condução e funcionamento das diferentes atividades de gestão e operacionalização dos serviços, ações e aplicação de recursos financeiros destinados à Assistência Estudantil”, (POLAE, 2020, p. 5)
- O sistema de governança de Assistência Estudantil no IFTO ocorre por meio da atuação conjunta entre a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE), Direção de Assuntos Estudantis (DAE), Unidade de Gestão Local ou Setor de Assistência Estudantil (UGAE/SAE), Comitê Estratégico da Assistência Estudantil, Grupo Técnico de Trabalho (GTT) e Comissão Local de Assistência Estudantil (COLAE).
- Ao longo do ano são desenvolvidas diversas ações que visam promover a Assistência Estudantil, primando em atender estudantes que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, viabilizando a igualdade de oportunidades e agindo, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras contribuindo assim para a melhoria do desempenho acadêmico/escolar dos estudantes.

CARACTERIZAÇÃO DOS AUXÍLIOS FINANCEIROS

- A concessão de auxílios financeiros do **Eixo de Serviços Essenciais** ocorre por meio de estudo socioeconômico e cultural, via edital, publicado no início do primeiro semestre letivo e ainda por encaminhamento. *É de responsabilidade do estudante o acompanhamento das publicações de editais em todas as suas fases.*
- A concessão de auxílios estudantis do **Eixo Universal** não está condicionada a estudo socioeconômico e cultural, porém se vincula a frequência global mínima de 75% e/ou a aproveitamento acadêmico/escolar e poderá fomentar as seguintes ações:

Programa Auxílio Viagem
Programa IF para Todos
Subsídio para o restaurante acadêmico/escolar

Produzido pelo Setor de Assistência Estudantil
sae.formoso@ifto

AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA

- A avaliação socioeconômica objetiva identificar a situação de vulnerabilidade social do estudante e da sua família para o acesso aos programas e serviços que utilizam como critério de inclusão a vulnerabilidade social.
- A situação de vulnerabilidade social será comprovada a partir da coleta e análise das informações do questionário socioeconômico-cultural, disponibilizado aos estudantes no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP/IFTO), das documentações comprobatórias, da entrevista social e, quando necessário, visita ao local de residência do candidato aos serviços e benefícios do programa de assistência estudantil a fim de conhecer in loco a situação socioeconômica familiar declarada.
- O Setor de Assistência Estudantil poderá realizar, a qualquer tempo, revisão da avaliação socioeconômica desde que haja denúncia ou suspeita de irregularidade nas informações declaradas. Comprovada a não veracidade das informações fornecidas pelo estudante, o mesmo perderá o direito ao recebimento do auxílio financeiro e possível suspensão de participar dos próximos processos seletivos.

CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO GRUPOS 1, 2 E 3

- A concessão dos auxílios da Assistência Estudantil tem por finalidade proporcionar e/ou ampliar condições de permanência dos estudantes regularmente matriculados e frequentes em cursos presenciais do IFTO.
- A seleção referente ao Eixo de Serviços Essenciais do Campus Avançado Formoso do Araguaia é realizada uma vez por ano e atende prioritariamente estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio ou oriundos da rede pública de educação básica, a qual deverá levar em conta os níveis de vulnerabilidades alta, média e baixa.
- De acordo com a Política de Assistência Estudantil do IFTO a concessão de qualquer auxílio ao estudante que já tenha sido contemplado anteriormente estará condicionada ao rendimento acadêmico/escolar satisfatório, conforme estabelecido abaixo:

I – aproveitamento de pelo menos 50% das disciplinas cursadas no ano ou semestre anterior, conforme regras do curso;

II – a não reprovação por faltas.

- O Auxílio será concedido de acordo com a classificação abaixo, de acordo com o grupo de vulnerabilidade em que o estudante se encontra no momento do estudo socioeconômico cultural:



GRUPO 3



GRUPO 2



GRUPO 1

I – Grupo 3 Entre 40% e 50% do valor do salário mínimo vigente

II – Grupo 2 Entre 30% e 40% do valor do salário mínimo vigente

III – Grupo 1 Entre 20% e 30% do valor do salário mínimo vigente

AUXÍLIO EMERGENCIAL

- O Auxílio Emergencial será concedido, por meio de encaminhamento ou solicitação do estudante durante o ano letivo, de acordo com análise e parecer do assistente social ou, na ausência deste profissional, de acordo com análise e parecer da Comissão Local de Assistência Estudantil do Campus, que poderá ainda conferir encaminhamento para a rede de proteção social ou parcerias afins.
- A faixa de valor do Auxílio Emergencial é de até 150% do salário mínimo vigente, podendo ser dividido em até três vezes no ano letivo.

AUXÍLIO VIAGEM

- É uma modalidade de auxílio financeiro para custear despesas com alimentação, pernoite e passagens (aéreas ou terrestres) durante o deslocamento em viagens para participar de eventos ou atividades de ensino, pesquisa, extensão, artísticas, esportivas e culturais.



ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA

EIXO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS

RECURSOS DO PNAES

2020

RECURSO PNAES IFTO R\$7.804.488,00
ORÇAMENTO DO PNAES PREVISTO PARA O CAMPUS FORMOSO R\$136.592,99
SOLICITAÇÕES DE PAGAMENTOS DO CAMPUS FORMOSO - EIXO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS R\$117.022,00

PÚBLICO ALVO DO PNAES

2020

ESTUDANTES MATRICULADOS EM CURSOS TÉCNICOS NO IFTO: 6.708
ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA AE NO IFTO: 4.687
ESTUDANTES MATRICULADOS EM CURSOS TÉCNICOS NO CAMPUS FORMOSO: 280
ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA AE MATRICULADO NO CAMPUS FORMOSO: 201

ALCANCE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, EIXO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS

2020

ASSISTIDOS PELO PNAES NO CAMPUS FORMOSO: 161 ESTUDANTES
PÚBLICO ALVO DA AE ASSISTIDO PELO PNAES: 106 ESTUDANTES
DEMANDA REPRIMIDA PÚBLICO ALVO DA AE: 95 ESTUDANTES

AUXÍLIOS CONCEDIDOS POR TIPOLOGIA

2020

AUXÍLIOS CONCEDIDOS: 829
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - 536
AUXÍLIO EMERGENCIAL - 12
AUXÍLIO EMERGENCIAL COVID-19 - 83
AUXÍLIO MORADIA - 8
AUXÍLIO PAIS ESTUDANTES - 23
KIT ALIMENTAR - 167

ESTUDANTES ASSISTIDOS POR TIPO DE OFERTA

2020

TIPO DE OFERTA CONCOMITANTE AGRICULTURA - 38 / INFORMÁTICA - 63
TIPO DE OFERTA INTEGRADO AGRICULTURA - 27 / INFORMÁTICA - 0
TIPO DE OFERTA SUBSEQUENTE AGRICULTURA - 30 / INFORMÁTICA - 5

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DOS ASSISTIDOS (RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA - RFP)

2020

0 < RFP <= 0,5 SALÁRIO MÍNIMO = 26
0,5 < RFP <= 1,0 SALÁRIO MÍNIMO = 41
1,0 < RFP <= 1,5 SALÁRIO MÍNIMO = 39
1,5 < RFP <= 2,5 SALÁRIO MÍNIMO = 40
2,5 < RFP <= 3,5 SALÁRIO MÍNIMO = 13
RFP > 3,5 SALÁRIO MÍNIMO = 2

SEXO BIOLÓGICO DOS ASSISTIDOS

2020

FEMININO - 95 ESTUDANTES
MASCULINO - 66 ESTUDANTES

COR DA PELE/RAÇA DOS ASSISTIDOS

2020

AMARELA - 3
BRANCA - 20
INDÍGENA - 1
PARDA - 100
PRETA - 20
NÃO DECLARADA - 17

PROCEDÊNCIA ESCOLAR DOS ASSISTIDOS

2020

ESCOLA PÚBLICA - 150 ESTUDANTES
ESCOLA PARTICULAR - 6 ESTUDANTES
NÃO INFORMADO - 5 ESTUDANTES

COMPOSIÇÃO FAMILIAR DOS ASSISTIDOS

2020

1 MEMBRO NA FAMÍLIA - 6
2 MEMBROS NA FAMÍLIA - 17
3 MEMBROS NA FAMÍLIA - 45
4 MEMBROS NA FAMÍLIA - 62
5 MEMBROS NA FAMÍLIA - 11
6 MEMBROS NA FAMÍLIA - 18
7 MEMBROS NA FAMÍLIA - 2
8 MEMBROS NA FAMÍLIA - 0

SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR DOS ASSISTIDOS PELO PNES - EIXO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS

2020

83 ESTUDANTES APROVADOS
28 ESTUDANTES REPROVADOS
50 ESTUDANTES ABANDONO
0 ESTUDANTES TRANSFERIDOS

Fonte: Base de dados do Setor de Assistência Estudantil do IFTO, Campus Avançado Formoso do Araguaia





ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA

EIXO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS

RECURSOS DO PNAES

2021

RECURSO PNAES IFTO R\$6.796.694,00
ORÇAMENTO DO PNAES PREVISTO PARA O CAMPUS FORMOSO R\$118.955,04
SOLICITAÇÕES DE PAGAMENTOS DO CAMPUS FORMOSO - EIXO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS R\$137.848,80

PÚBLICO ALVO DO PNAES

2021

ESTUDANTES MATRICULADOS EM CURSOS TÉCNICOS NO IFTO: 6.069
ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA AE NO IFTO: 4.818
ESTUDANTES MATRICULADOS EM CURSOS TÉCNICOS NO CAMPUS FORMOSO: 278
ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA AE MATRICULADO NO CAMPUS FORMOSO: 241

ALCANCE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, EIXO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS

2021

ASSISTIDOS PELO PNAES NO CAMPUS FORMOSO: 97 ESTUDANTES
PÚBLICO ALVO DA AE ASSISTIDO PELO PNAES: 96 ESTUDANTES
DEMANDA REPRIMIDA PÚBLICO ALVO DA AE: 145 ESTUDANTES

AUXÍLIOS CONCEDIDOS POR TIPOLOGIA

2021

AUXÍLIOS CONCEDIDOS - 521
AUXÍLIO EMERGENCIAL - 16
GRUPO 1 - 353
GRUPO 2 - 109
GRUPO 3 - 43

ESTUDANTES ASSISTIDOS POR TIPO DE OFERTA

2021

TIPO DE OFERTA CONCOMITANTE AGRICULTURA - 10 / INFORMÁTICA - 22
TIPO DE OFERTA INTEGRADO AGRICULTURA - 42 / INFORMÁTICA - 14
TIPO DE OFERTA SUBSEQUENTE AGRICULTURA - 4 / INFORMÁTICA - 5

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DOS ASSISTIDOS (RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA - RFP)

2021

0 < RFP <= 0,5 SALÁRIO MÍNIMO = 75
0,5 < RFP <= 1,0 SALÁRIO MÍNIMO = 21
1,0 < RFP <= 1,5 SALÁRIO MÍNIMO = 0
1,5 < RFP <= 2,5 SALÁRIO MÍNIMO = 0
2,5 < RFP <= 3,5 SALÁRIO MÍNIMO = 0
RFP > 3,5 SALÁRIO MÍNIMO = 0

SEXO BIOLÓGICO DOS ASSISTIDOS

2021

FEMININO - 58 ESTUDANTES
MASCULINO - 39 ESTUDANTES

COR DA PELE/RAÇA DOS ASSISTIDOS

2021

AMARELA - 2
BRANCA - 6
INDÍGENA - 0
PARDA - 73
PRETA - 11
NÃO DECLARADA - 5

PROCEDÊNCIA ESCOLAR DOS ASSISTIDOS

2021

ESCOLA PÚBLICA - 96 ESTUDANTES
ESCOLA PARTICULAR - 1 ESTUDANTES
NÃO INFORMADO - 0 ESTUDANTES

COMPOSIÇÃO FAMILIAR DOS ASSISTIDOS

2021

1 MEMBRO NA FAMÍLIA - 2
2 MEMBROS NA FAMÍLIA - 9
3 MEMBROS NA FAMÍLIA - 30
4 MEMBROS NA FAMÍLIA - 37
5 MEMBROS NA FAMÍLIA - 12
6 MEMBROS NA FAMÍLIA - 6
7 MEMBROS NA FAMÍLIA - 1
8 MEMBROS NA FAMÍLIA - 0

SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR DOS ASSISTIDOS PELO PNES - EIXO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS

2021

74 ESTUDANTES APROVADOS
17 ESTUDANTES REPROVADOS
4 ESTUDANTES ABANDONO
2 ESTUDANTES TRANSFERIDOS

Fonte: Base de dados do Setor de Assistência Estudantil do IFTO, Campus Avançado Formoso do Araguaia





ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA EIXO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS

RECURSOS DO PNAES

2022

RECURSO PNAES IFTO R\$6.970.681,00
ORÇAMENTO DO PNAES PREVISTO PARA O CAMPUS FORMOSO R\$121.977,54
SOLICITAÇÕES DE PAGAMENTOS DO CAMPUS FORMOSO - EIXO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS R\$122.195,00

PÚBLICO ALVO DO PNAES

2022

ESTUDANTES MATRICULADOS EM CURSOS TÉCNICOS NO IFTO: 5.970
ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA AE NO IFTO: 3.916
ESTUDANTES MATRICULADOS EM CURSOS TÉCNICOS NO CAMPUS FORMOSO: 275
ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA AE MATRICULADO NO CAMPUS FORMOSO: 217

ALCANCE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, EIXO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS

2022

ASSISTIDOS PELO PNAES NO CAMPUS FORMOSO: 86 ESTUDANTES
PÚBLICO ALVO DA AE ASSISTIDO PELO PNAES: 84 ESTUDANTES
DEMANDA REPRIMIDA PÚBLICO ALVO DA AE: 133 ESTUDANTES

AUXÍLIOS CONCEDIDOS POR TIPOLOGIA

2022

AUXÍLIOS CONCEDIDOS - 421
AUXÍLIO EMERGENCIAL - 10
GRUPO 1 - 307
GRUPO 2 - 16
GRUPO 3 - 20
SUBSÍDIO EM REFEITÓRIO - 68

ESTUDANTES ASSISTIDOS POR TIPO DE OFERTA

2022

TIPO DE OFERTA CONCOMITANTE AGRICULTURA - 6 / INFORMÁTICA - 5
TIPO DE OFERTA INTEGRADO AGRICULTURA - 47 / INFORMÁTICA - 21
TIPO DE OFERTA SUBSEQUENTE AGRICULTURA - 2 / INFORMÁTICA - 5

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DOS ASSISTIDOS (RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA - RFP)

2022

0 < RFP <= 0,5 SALÁRIO MÍNIMO = 54
0,5 < RFP <= 1,0 SALÁRIO MÍNIMO = 24
1,0 < RFP <= 1,5 SALÁRIO MÍNIMO = 8
1,5 < RFP <= 2,5 SALÁRIO MÍNIMO = 1
2,5 < RFP <= 3,5 SALÁRIO MÍNIMO = 1
RFP > 3,5 SALÁRIO MÍNIMO = 0

SEXO BIOLÓGICO DOS ASSISTIDOS

2022

FEMININO - 46 ESTUDANTES
MASCULINO - 40 ESTUDANTES

COR DA PELE/RAÇA DOS ASSISTIDOS

2022

AMARELA - 2
BRANCA - 15
INDÍGENA - 0
PARDA - 61
PRETA - 7
NÃO DECLARADA - 1

PROCEDÊNCIA ESCOLAR DOS ASSISTIDOS

2022

ESCOLA PÚBLICA - 84 ESTUDANTES
ESCOLA PARTICULAR - 2 ESTUDANTES
NÃO INFORMADO - 0 ESTUDANTES

COMPOSIÇÃO FAMILIAR DOS ASSISTIDOS

2022

1 MEMBRO NA FAMÍLIA - 0
2 MEMBROS NA FAMÍLIA - 18
3 MEMBROS NA FAMÍLIA - 22
4 MEMBROS NA FAMÍLIA - 23
5 MEMBROS NA FAMÍLIA - 16
6 MEMBROS NA FAMÍLIA - 5
7 MEMBROS NA FAMÍLIA - 0
8 MEMBROS NA FAMÍLIA - 2

SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR DOS ASSISTIDOS PELO PNES - EIXO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS

2022

79 ESTUDANTES APROVADOS
2 ESTUDANTES REPROVADOS
1 ESTUDANTE ABANDONO
4 ESTUDANTES TRANSFERIDOS

Fonte: Base de dados do Setor de Assistência Estudantil do IFTO, Campus Avançado Formoso do Araguaia

ELABORAÇÃO
Maria Simone Bottega

ILUSTRAÇÃO
<https://www.canva.com/>



APÊNDICE B - Proposta de Boletim Informativo da Assistência Estudantil do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, do IFTO

BOLETIM INFORMATIVO

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

EDIÇÃO Nº 1 - XXXX DE XXXX



Cara Comunidade Escolar,

Este Boletim Informativo é uma produção anual do Setor de Assistência Estudantil do Campus Avançado Formoso do Araguaia e tem como finalidade informá-los sobre a execução financeira da Política de Assistência Estudantil e o desempenho escolar dos estudantes beneficiários do Eixo de Serviços Essenciais no Campus Formoso. Divulga ainda algumas informações importantes e necessárias acerca da Assistência Estudantil.

Cordial abraço,

Maria Simone Bottega
Técnica em Assuntos Educacionais

É IMPORTANTE SABER...

PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

- O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal com abrangência aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades.
- O público-alvo da Assistência Estudantil no Campus Formoso são os estudantes regularmente matriculados e frequentes dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, priorizando aqueles que estão em situação de maior vulnerabilidades sociais e econômicas.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFTO

- A Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) é regulamentada pela Resolução nº 24/2020/CONSUP/IFTO, de 13 de agosto de 2020, a qual institui a Política de Assistência Estudantil (POLAE) no âmbito desta instituição.
- “Entende-se por POLAE o modelo organizacional com conjunto de princípios e diretrizes que estabelecem normas gerais, critérios, organização, competências, modo de condução e funcionamento das diferentes atividades de gestão e operacionalização dos serviços, ações e aplicação de recursos financeiros destinados à Assistência Estudantil”. (POLAE, 2020, p. 5)
- O sistema de governança de Assistência Estudantil no IFTO ocorre por meio da atuação conjunta entre a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE), Direção de Assuntos Estudantis (DAE), Unidade de Gestão Local ou Setor de Assistência Estudantil (UGAE/SAE), Comitê Estratégico da Assistência Estudantil, Grupo Técnico de Trabalho (GTT) e Comissão Local de Assistência Estudantil (COLAE).
- Ao longo do ano são desenvolvidas diversas ações que visam promover a Assistência Estudantil, primando em atender estudantes que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, viabilizando a igualdade de oportunidades e agindo, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras contribuindo assim para a melhoria do desempenho acadêmico/escolar dos estudantes.

CARACTERIZAÇÃO DOS AUXÍLIOS FINANCEIROS

- A concessão de auxílios financeiros do **Eixo de Serviços Essenciais** ocorre por meio de estudo socioeconômico e cultural, via edital, publicado no início do primeiro semestre letivo e ainda por encaminhamento. *É de responsabilidade do estudante o acompanhamento das publicações de editais em todas as suas fases.*
- A concessão de auxílios estudantis do **Eixo Universal** não está condicionada a estudo socioeconômico e cultural, porém se vincula a frequência global mínima de 75% e/ou a aproveitamento acadêmico/escolar e poderá fomentar as seguintes ações:

Programa Auxílio Viagem
Programa IF para Todos
Subsídio para o restaurante acadêmico/escolar

Produzido pelo Setor de Assistência Estudantil
sae.formoso@ifto

AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA

- A avaliação socioeconômica objetiva identificar a situação de vulnerabilidade social do estudante e da sua família para o acesso aos programas e serviços que utilizam como critério de inclusão a vulnerabilidade social.
- A situação de vulnerabilidade social será comprovada a partir da coleta e análise das informações do questionário socioeconômico-cultural, disponibilizado aos estudantes no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP/IFTO), das documentações comprobatórias, da entrevista social e, quando necessário, visita ao local de residência do candidato aos serviços e benefícios do programa de assistência estudantil a fim de conhecer in loco a situação socioeconômica familiar declarada.
- O Setor de Assistência Estudantil poderá realizar, a qualquer tempo, revisão da avaliação socioeconômica desde que haja denúncia ou suspeita de irregularidade nas informações declaradas. Comprovada a não veracidade das informações fornecidas pelo estudante, o mesmo perderá o direito ao recebimento do auxílio financeiro e possível suspensão de participar dos próximos processos seletivos.

CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO GRUPOS 1, 2 E 3

- A concessão dos auxílios da Assistência Estudantil tem por finalidade proporcionar e/ou ampliar condições de permanência dos estudantes regularmente matriculados e frequentes em cursos presenciais do IFTO.
- A seleção referente ao Eixo de Serviços Essenciais do Campus Avançado Formoso do Araguaia é realizada uma vez por ano e atende prioritariamente estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio ou oriundos da rede pública de educação básica, a qual deverá levar em conta os níveis de vulnerabilidades alta, média e baixa.
- De acordo com a Política de Assistência Estudantil do IFTO a concessão de qualquer auxílio ao estudante que já tenha sido contemplado anteriormente estará condicionada ao rendimento acadêmico/escolar satisfatório, conforme estabelecido abaixo:

I – aproveitamento de pelo menos 50% das disciplinas cursadas no ano ou semestre anterior, conforme regras do curso;

II – a não reprovação por faltas.

- O Auxílio será concedido de acordo com a classificação abaixo, de acordo com o grupo de vulnerabilidade em que o estudante se encontra no momento do estudo socioeconômico cultural:



GRUPO 3



GRUPO 2



GRUPO 1

I – Grupo 3 Entre 40% e 50% do valor do salário mínimo vigente

II – Grupo 2 Entre 30% e 40% do valor do salário mínimo vigente

III – Grupo 1 Entre 20% e 30% do valor do salário mínimo vigente

AUXÍLIO EMERGENCIAL

- O Auxílio Emergencial será concedido, por meio de encaminhamento ou solicitação do estudante durante o ano letivo, de acordo com análise e parecer do assistente social ou, na ausência deste profissional, de acordo com análise e parecer da Comissão Local de Assistência Estudantil do Campus, que poderá ainda conferir encaminhamento para a rede de proteção social ou parcerias afins.
- A faixa de valor do Auxílio Emergencial é de até 150% do salário mínimo vigente, podendo ser dividido em até três vezes no ano letivo.

AUXÍLIO VIAGEM

- É uma modalidade de auxílio financeiro para custear despesas com alimentação, pernoite e passagens (aéreas ou terrestres) durante o deslocamento em viagens para participar de eventos ou atividades de ensino, pesquisa, extensão, artísticas, esportivas e culturais.

(2023)

EXECUÇÃO FINANCEIRA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O DESEMPENHO ESCOLAR DOS ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS DO EIXO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS NO CAMPUS FORMOSO

1

VALOR INVESTIDO NO PNAES EM 2023 – CAMPUS FORMOSO

R\$XXX

EIXO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS – 85% R\$XXX

EIXO UNIVERSAL – 15% R\$XXX

Fonte: Base de dados do Setor de Assistência Estudantil do IFTO, Campus Avançado Formoso do Araguaia

2

XXX ESTUDANTES MATRICULADOS NO ENSINO TÉCNICO



33%

XX ESTUDANTES CONTEMPLADOS NOS GRUPOS I, II E III

Fonte: Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP

3

TIPOS DE AUXÍLIOS EIXO SERVIÇOS ESSENCIAIS

GRUPO I – R\$265,00

XX ESTUDANTES CONTEMPLADOS COM 8 PARCELAS

GRUPO II - R\$395,00

XX ESTUDANTES CONTEMPLADOS COM 8 PARCELAS

GRUPO III - R\$525,00

XX ESTUDANTES CONTEMPLADOS COM 8 PARCELAS

AUXÍLIO EMERGENCIAL
XX ESTUDANTES CONTEMPLADOS

Fonte: Base de dados do Setor de Assistência Estudantil do IFTO, Campus Avançado Formoso do Araguaia

4

AUXÍLIO VIAGEM
EIXO UNIVERSAL

XX AUXÍLIOS CONCEDIDOS
XX ESTUDANTES CONTEMPLADOS
XX VIAGENS REALIZADAS

Fonte: Base de dados do Setor de Assistência Estudantil do IFTO, Campus Avançado Formoso do Araguaia

5

**DESEMPENHO ESCOLAR
ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS EIXO
DE SERVIÇOS ESSENCIAIS**

XX ESTUDANTES APROVADOS
XX ESTUDANTES REPROVADOS
XX ESTUDANTES ABANDONO
XX ESTUDANTES TRANSFERIDOS

Fonte: Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP

EVENTOS INSTITUCIONAIS E VISITAS TÉCNICAS

(2023)



ELABORAÇÃO
Maria Simone Bottega

ILUSTRAÇÃO
<https://www.canva.com/>

ANEXOS

ANEXO A - Solicitação de autorização para realização da presente pesquisa no *Campus Avançado Formoso do Araguaia*, do IFTO

22/08/2023, 14:27

SEI/IFTO - 2097202 - Ofício



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Reitoria
Campus Avançado Formoso do Araguaia
Setor de Assistência Estudantil

OFÍCIO Nº 56/2023/SAE/FAR/REI/IFTO

Formoso do Araguaia, 22 de agosto de 2023.

Ao Diretor do Campus Avançado Formoso do Araguaia, do IFTO

Assunto: Autorização para realizar Pesquisa.

Senhor Diretor,

1. Eu, Maria Simone Bottega, Técnica em Assuntos Educacionais do IFTO, matrícula SIAPE 3062997, aluna do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Tocantins - UFT, sob a orientação da Profa. Dra. Juciley Silva Evangelista Freire, venho solicitar autorização para coleta de dados nessa unidade, com a finalidade de realizar a pesquisa intitulada "Assistência Estudantil: Uma avaliação do impacto da Pandemia no desempenho escolar dos estudantes beneficiários no Campus Avançado Formoso do Araguaia, do IFTO", cujo objetivo é avaliar o impacto da Pandemia COVID-19 no desempenho escolar dos estudantes beneficiários da Política de Assistência Estudantil do IFTO, Eixo de Serviços Essenciais, no Campus Avançado Formoso do Araguaia, no período de 2020 a 2022.
2. A coleta de dados ocorrerá mediante a utilização de análise documental junto ao Setor de Assistência Estudantil, ao Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP, ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI e a Plataforma Nilo Peçanha.
3. Os dados que serão coletados referem-se, por exemplo, ao orçamento da Assistência Estudantil destinado ao Campus Formoso; a execução do recurso no Campus; ao número de matrículas e de estudantes atendidos pelo PNAES; a taxa de conclusão, aprovação, reprovação, evasão e transferência, entre outros que possam surgir no decorrer da pesquisa.
4. Ressaltamos que não haverá aplicação de questionários e entrevistas e também não haverá qualquer documento que identifique os sujeitos da investigação.

Respeitosamente,

MARIA SIMONE BOTTEGA
Técnica em Assuntos Educacionais

22/08/2023, 14:27

SEI/IFTO - 2097202 - Ofício



Documento assinado eletronicamente por **Maria Simone Bottega, Responsável Técnico (a)**, em 22/08/2023, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2097202** e o código CRC **2CA0F6E2**.

Rua do Açude/Lago Municipal, próximo ao Lago Municipal — CEP 77.470-000 Formoso do Araguaia/TO —
portal.iftto.edu.br — sae.formoso@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.017705/2023-11

SEI nº 2097202

ANEXO B - Autorização para realização da presente pesquisa no *Campus Avançado* Formoso do Araguaia, do IFTO

22/08/2023, 14:27

SEI/IFTO - 2097205 - Despacho



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Reitoria
Campus Avançado Formoso do Araguaia
Direção

DESPACHO Nº 256/2023/FAR/REI/IFTO

Formoso do Araguaia, 22 de agosto de 2023.

Processo nº: **23235.017705/2023-11**
Interessado: **Instituto Federal do Tocantins**
Assunto: **Autorização para realizar Pesquisa.**

À Servidora Maria Simone Bottega

1. Em resposta ao OFÍCIO Nº 56/2023/SAE/FAR/REI/IFTO, 2097202, que trata da solicitação de autorização da servidora Maria Simone Bottega, matrícula SIAPE: 3062997, para realizar Pesquisa de Mestrado nesta Unidade de Ensino, esta direção manifesta-se **FAVORÁVEL** à execução da atividade.

MANOEL DELINTRO DE CASTRO NETO
Diretor



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Delintro de Castro Neto, Diretor**, em 22/08/2023, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2097205** e o código CRC **8E8B7D52**.

Rua do Açude, s/ n.º, próximo ao Lago Municipal — CEP 77.470-000 Formoso do Araguaia/TO —
portal.ifto.edu.br — formoso@ifto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.017705/2023-11

SEI nº 2097205